



**Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**Memória da VIII Reunião Técnica
de Núcleos de Enfrentamento ao
Tráfico de Pessoas e Postos Avançados**

14 e 15 de outubro de 2013 – Brasília - DF

Programação Final

	Manhã	Tarde
14 de outubro (2^a feira)	<p>8h00 – 9h00 – Credenciamento e assinatura de presenças.</p> <p>9h00 – 9h30 – Solenidade de Abertura. Composição da mesa diretora:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretário Nacional de Justiça – Paulo Abrão ▪ Ministra Luiza Lopes da Silva- Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior/ Ministério das Relações Exteriores ▪ Diretora do DEJUS – Fernanda dos Anjos ▪ Coordenadora de ETP- Heloísa Greco ▪ Membro da CNBB <p>09h30-10h00 - Apresentação CNBB- Campanha da Fraternidade 2014</p> <p>10h00-10h30 - Apresentação MRE- Portal do Retorno</p> <p>10h30 – 11h00 - Breves saudações da CETP/SNJ/MJ. Informes da CETP/MJ. Informes práticos da organização do evento.</p> <p>11h00 – 12h00 - <u>Sessão 1</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Informes da Rede ➤ Apresentação do Núcleo Itinerante de PE (VII RT). ➤ Informes dos demais Núcleos e Postos <p>12h00 – 14h00 – ALMOÇO</p>	<p>14h00 – 15h30 – <u>Sessão 2</u>) Diálogo com DPF – (VI e VII RT). Palestrante: Delegada de Polícia Federal. Chefe da Unidade de Combate ao Tráfico de Pessoas, Tatiane Almeida.</p> <p>15h30 – 17h00 - <u>Sessão 3</u>) Diálogo com CONARE - (VI RT) . Palestrante: Secretário Executivo do CONARE, Virginius José Lianza da Franca.</p> <p>17h00 – 17h15 – Breve intervalo</p> <p>17h15 – 18h00 - <u>Sessão 4</u>) Acompanhamento Legislativo – (VI e VII RT)</p>

<p>15 de outubro (3^a feira)</p>	<p>8h30 – 12h – Sessão 5</p> <p>Discussão de casos, conforme solicitado na VI e VII RT (Sugestão NETP/MG), abordando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Conceito de tráfico de pessoas (Definições para harmonização da atividade em virtude das lacunas da legislação frente ao que dispõe o Protocolo de Palermo, conforme proposto na VII RT); ➤ Dados dos casos; ➤ Fluxograma e Formulário; ➤ Aspectos importantes/diferenciais (motivadores da escolha do caso) <p>Responsáveis:</p> <p>Annie Carvalho – NETP/DF (30min)</p> <p>Flávia Gotelip – NETP/ MG (30min)</p> <p>Juliana Felicidade – NETP/SP (30min)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Haverá intervalo de 15min durante a sessão <p>12h00 – 14h00 – ALMOÇO</p>	<p>14h00 – 14h30 – Sessão</p> <p>6) Devolutiva da última reunião técnica sobre os instrumentos normativos da SNJ relativos a Núcleos e Postos e encaminhamentos.</p> <p>14h30-16h-Sessão 7)</p> <p>Propor uma semana de mobilização de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Responsáveis: Juliana/SP, Admar/BA.</p> <p>16h00 – 16h15 – INTERVALO</p> <p>16h15 – 17h40 – Sessão</p> <p>8) Propor instrumento de monitoramento da Rede de Núcleos e Postos. Análise da minuta de relatório, definições do fluxo de entrega etc.</p> <p>17h40 – 18h00- Informes finais da Rede. Preenchimento da avaliação final da reunião.</p>
--	---	--

14 de outubro de 2013

1 Solenidade de Abertura:

Mesa: Fernanda dos Anjos; Heloisa Greco; Lucicleia Rollemburg; Ministra Luiza Lopes do Ministério das Relações Exteriores; Aloísio Gomide, Chefe de Divisão de Assistência Consular do MRE e Paloma representante do Ministério do Desenvolvimento Social, da Divisão de Proteção Social Especial (abrigamento).

Fernanda dos Anjos saudou a todos em nome da Secretaria Nacional de Justiça e do Secretário Nacional de Justiça e informou que o Ministério da Justiça passou a dar transparência no tocante aos dados sobre o tráfico, disponibilizando-os no site do MJ.

Ministra Luiza Lopes cumprimentou a todos e iniciou informando que o MRE possui uma rede similar a esta, mas lamenta que esta não se reúna com a mesma freqüência que a rede de núcleos e postos de ETP. Ressaltou a importância da rede de Núcleos e Postos no que tange ao fenômeno da imigração.

Aloísio fez uma breve saudação aos participantes, destacando a oportunidade de troca de informações e de conhecimento dos detalhes referentes ao fenômeno do tráfico e como ele acontece na ponta.

Paloma se apresentou, saudou os participantes, agradeceu o convite para a reunião de Núcleos e Postos e destacou que essa é a primeira vez que o MDS participa da reunião da rede.

Heloísa saúda os participantes. Fala da grata satisfação de ter assumido a coordenação e do aprendizado que tem tido desde que aceitou estar à frente da CETP e agradece a forma que foi recebida por todos.

Lucicleia também fez uma breve saudação e destacou a satisfação de trabalhar com a rede de Núcleos e Postos.

Em seguida, passou-se, então, a apresentação da Ministra Luiza Lopes.

Apresentação Portal do Retorno - Ministra Luiza Lopes, Ministério das Relações Exteriores

A Ministra iniciou sua exposição discorrendo sobre as áreas de atuação do Ministério das Relações Exteriores. Falou dos inúmeros tipos de assistência que realizam em casos de desaparecimentos no exterior, problemas judiciários e até casos relativos à saúde. Informou que não há necessidade de se criar uma rede de atendimento porque ela já existe e que freqüentemente o MRE capacita seus agentes consulares para que prestem o atendimento especializado com conhecimento da rede que existe no exterior, inclusive advogados, hospitais, programas assistenciais e de proteção à testemunha.



Ela destacou que uma das ações comuns é o auxílio ao retorno ao Brasil. Nesse sentido, ressaltou que tem se deparado com o crescente fenômeno da migração vulnerável, que diz respeito aquele brasileiro que morou no exterior em situação de vulnerabilidade, muitas vezes trabalhando em situações adversas, indocumentado, com salário muito inferior ao praticado no mercado, sofrendo, que retorna ao país e que alguns anos depois se encontra novamente no exterior na mesma situação de vulnerabilidade. Segundo a Ministra, o grande problema é que os brasileiros retornam ao país no anonimato e não obtém a assistência que merecem e enfrentam, muitas vezes, dificuldade de reinserção no mercado

de trabalho. O Brasil não possui estrutura adequada para receber essas pessoas. Citou ainda o Posto de Atendimento Humanizado de Guarulhos e o movimento da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça de multiplicar essas estruturas, mas enfatizou também que nem todos os brasileiros que retornam ao país em situação de vulnerabilidade procuram assistência do Posto ou de outra estrutura.

Foi pensando nessa situação que o Itamaraty coordenou, em 2010, uma iniciativa chamada Guia do Retorno. Este guia, que foi publicado no mesmo ano, em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres e o Ministério da Justiça e outros parceiros, e continha todas as informações que se pensavam necessárias para uma vítima de tráfico e as orientações sobre os centros de referência (assistência). Contudo, dois anos depois, percebeu-se que faltavam informações sobre trabalho e emprego – reinserção no mercado de trabalho. Dessa forma, criou-se, então, o Portal do Retorno, no intuito de ajudar o imigrante, não somente as vítimas de tráfico, mas todo imigrante retornado em situação de vulnerabilidade, a se reinserir no mercado de trabalho.

A Ministra enfatizou que com o Portal do Retorno, a palavra de ordem é empoderamento dos brasileiros que retornam ao país. Ressaltou que o empoderamento é uma ferramenta fundamental para que se reduzir o fenômeno da imigração ilegal, bem como auxiliar àquele que retorna ao país a se estabelecer de forma digna. Nesse Portal, procurou-se disponibilizar todas as informações que já existem em outros locais, e que muitas vezes são de difícil acesso, para auxiliar o migrante no retorno, tanto em relação a documentações, quanto à saúde e trabalho. Dessa forma, o Portal disponibiliza informações sobre: documentação, providências de bagagens e mudança, volta ao mercado de trabalho, empreendedorismo, finanças, previdência social, educação, assistência psicológica e saúde, programas de retorno voluntário e serviços de apoio ao retornado.

No que tange ao trabalho e emprego, o MRE mantém uma relação estreita com o MTE, que disponibiliza no site informações sobre como se reinserir no mercado de trabalho. Há

no site um tópico chamado “volta ao mercado de trabalho”, em que estão disponíveis informações sobre vários cursos de qualificação, inclusive gratuitos, e indicações de sites.

O MTE está procurando aperfeiçoar o Portal Mais Emprego, de forma a possibilitar aos brasileiros residentes no exterior e que estão à procura de emprego no Brasil o acesso a informações precisas sobre o mercado de trabalho. Inclusive com o desenvolvimento de uma ferramenta que garanta, até o seu retorno ao país, a disponibilidade de uma vaga de trabalho que ele tenha encontrado. Isso é importante porque para o residente no exterior é difícil decidir arriscar pelo retorno sem saber se a vaga foi ou não preenchida. Então, a idéia é que o site possa apresentar informações mais pertinentes sobre trabalho e emprego no Brasil.

Segundo a Ministra, o empreendedorismo é o ponto mais importante do trabalho no exterior de orientação a brasileiros. É um incentivo para aqueles que retornam, principalmente se apresentam o perfil adequado para se tornarem empreendedores no Brasil. Por isso, há uma parceria com o SEBRAE que dá orientações em grupo e individuais sobre como abrir uma empresa no Brasil e até verificar a viabilidade daquele negócio. O SEBRAE presta assessoria geral e individual aos imigrantes que desejam montar algum negócio no Brasil, ou a perceber que o negócio planejado não iria funcionar. Além disso, o MRE tem levado tanto o MTE quanto o SEBRAE para a semana do trabalhador, já realizada nos Estados Unidos, Portugal e Suíça. Outro projeto importante, realizado pelo SEBRAE, é o Projeto Remessa que promove cursos de educação financeira para brasileiros residentes no exterior e para as famílias aqui no Brasil que são muitas vezes quem administram as remessas.

Também em parceria com o Governo do Estado de Goiás, existe o Projeto Andorinhas que é fruto de uma parceria entre o SEBRAE-GO, Banco do Brasil e o MRE. O Projeto está em fase de implantação no exterior. O piloto foi realizado no mês anterior em Atlanta, em duas cidades do Texas e São Francisco, nos Estados Unidos. É um projeto de capacitação para remessas e abertura de pequenos negócios. A idéia é que as pessoas que residem no

exterior possam se organizar financeiramente (montar um plano financeiro) para o momento em que retornarem ao Brasil. O SEBRAE fará o espelho com as famílias em Goiás para que as ações estejam alinhadas para o retorno, com um projeto de vida estabelecido. É uma forma de construir uma fonte de renda permanente, sólida até a volta ao país. A Ministra ressaltou que é um projeto realizado com o Estado de Goiás, mas que gostaria que também fosse feito em parceria com outros Estados. Também destacou que esse é um projeto que pode atender às vítimas de tráfico de pessoas, pois estas são pessoas que retornam ao Brasil com ou sem dinheiro e que também precisam de um projeto de vida que as acolha no país e que evite que elas retornem a uma situação de tráfico.

Outros parceiros são a Caixa Econômica Federal e, mais recentemente, o Banco do Brasil e os Correios, visando a melhor forma dos brasileiros trazerem o dinheiro recebido no exterior para o Brasil, e com o intuito de evitar a perda destes em canais paralelos. Há, ainda, no Portal, o fornecimento de informações sobre aquisição da casa própria, como o programa “minha casa, minha vida”.

Quanto à previdência social, o MRE tem negociado acordos de cooperação bilaterais para que o brasileiro possa somar o tempo de contribuições no Brasil e no exterior, a fim de conseguir obter o tempo suficiente para se aposentar.

Em parceria com o INEP, autarquia do MEC, o MRE está expandindo cursos de supletivo 1º. e 2º. graus no exterior. Já se iniciou no Japão e agora será levado para a Bélgica, EUA e Portugal. Há o incentivo para que se abram cursos de preparação nas próprias comunidades no intuito de que um maior número de brasileiros consiga obter diplomas de 1º. e 2º. graus. A ideia é empoderar membros das comunidades, de forma que estes possam ministrar aulas nestes cursos. Além disso, o MRE também está firmando acordos bilaterais para validar os diplomas obtidos nos supletivos do Ministério da Educação no exterior para uso tanto no Brasil como no país em que reside.

Informou que, no site, há espaço para iniciativas dos governos estaduais, de forma que estas sejam divulgadas nos links correspondentes aos Estados. Convidou os estados para que se mobilizem e vejam se há iniciativas para o retorno desses brasileiros que possam ser inseridas nesse espaço.

Site: www.retorno.itamaraty.gov.br

Em seguida foi aberto o debate para a rede:



Jeanne (PE) perguntou se uma vítima que já foi traficada, mas que não está mais nessa condição, se haveria como trazê-la de volta para o Brasil.

Ministra respondeu que sim. Há verba para retorno (repatriação), mas em parceria com o MPU. Porém, deve-se provar que a família não tem condições de trazê-la por conta própria e apresente o atestado de hipossuficiência. Outra opção utilizada pelo MRE é incentivar os brasileiros a utilizarem o programa retorno voluntário, que é pago pela OIM, e que existe em diversos países. Segundo ela, não é necessário realizar acordos com estados para implementação de projetos destes no exterior, basta o interesse de cada Secretaria. O melhor exemplo é a relação do MRE com o governo de GO (projeto Andorinhas).

Ebenezer (RJ) lembrou que a Ministra trouxe a preocupação com a reinserção profissional daqueles que retornam ao Brasil. Então, perguntou se existe um tipo de parceria mais específica, mais profunda com o MTE, com governo do Estado, no sentido promover a reinserção social e trabalhista.

A Ministra respondeu falando novamente do Projeto Andorinhas, da forma como ele acontece em Goiás, e que não é necessária a formalização da parceria e que pode ser realizado com qualquer Estado, com qualquer Secretaria, ou mesmo com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ressaltou que a Divisão de Assistência Consular está aberta a propostas de parcerias e de serviços aos brasileiros no exterior.

Juliana (SP) perguntou se poderia ser criado algum tipo de canal, para a rede de Núcleos e Postos que fosse mais próximo tanto do consulado como do Itamaraty. Ou seja, criar um telefone de contato que seja mais atento e que ofereça para a rede um retorno mais imediato de algumas demandas (proximidade e velocidade). Outra pergunta foi se a Ministra teria o resultado de uma pesquisa realizada pela OIM juntamente com o PNUD sobre o mapeamento da rede para migração. Também pediu para que fosse explicado onde a OIM está, o que está fazendo, se efetivamente está regularizada ou não e no que ela pode auxiliar a rede de Núcleos e Postos.

Segundo a Ministra, a OIM é uma organização que trabalha em parceria com alguns países e que não tem recursos próprios para realização de projetos, assim, eles estabelecem parcerias e realizam projetos específicos patrocinados pelos países financiadores. Assim, os países europeus incentivam o retorno de imigrantes estrangeiros indocumentados, porém, não querem fazer isso de maneira ostensiva, pois é uma medida impopular, questionável, então procuram fazê-lo de uma forma mais sutil por meio da OIM. A OIM tem um programa de retorno voluntário, o qual paga a passagem daquele imigrante que deseja retornar, mediante a assinatura de um documento em que o imigrante se comprometa a não retornar àquele país por um período estabelecido. O recurso injetado é anual, assim, uma vez terminado o recurso depositado pelo país, o

programa para aquele país também termina. Os acordos são bilaterais, tem formatos distintos para cada país. Alguns países, em escala muito reduzida, também promovem o "retorno assistido", em que repassam um valor para o migrante retornar ao país e abrir um pequeno negócio. O foco são países que tem maior número de imigrantes. Hoje, o projeto em vigor com a OIM é o projeto de reassentamento de brasileiros residentes na Bolívia.

Aloísio falou sobre o funcionamento da Divisão de Assistência Consular, sediada em Brasília e com escritórios regionais em vários Estados do Brasil. O e-mail é dac@itamaraty.gov.br. Há também um número de celular que funciona 24 horas por dia (plantão) e fins de semana também, e que pode ser usado por qualquer brasileiro que enfrentou algum tipo de dificuldades no exterior, independentemente de ser vítima de tráfico de pessoas.

Valdir (GO) relatou sobre um caso em que a pessoa trabalhou um período no Brasil e outro no exterior e que ao procurar a Previdência em Goiás, não foi aceita a documentação apresentada. A pessoa foi orientada a procurar a Previdência em São Paulo. Isso não poderia ser descentralizado para facilitar?

O MRE tem contato estreito com o Ministério da Previdência Social e, de fato, alguns Estados foram definidos como pontos focais para preenchimento dos formulários para recebimento dos benefícios. Contudo, em alguns casos específicos, se acionado, o MRE poderá intermediar essa relação.

Christine (AP) questionou sobre a relação com o Suriname. Trouxe o fato de que a CPI foi barrada no Suriname e gostaria de saber qual o motivo que impediu a entrada da Comissão Parlamentar de Inquérito naquele país. Ela afirmou que há muitas brasileiras sendo vendidas no Suriname e ressaltou que o Núcleo não tem acesso a elas e que não há como fisicamente se vigiar toda a fronteira devido a sua extensão. Enfatizou também que a população do Oiapoque tem muito medo e que é, é perceptível a conivência de algumas autoridades em relação ao tráfico.

Quanto à vedação da entrada da CPI no Suriname, essa temática não passa pelo MRE. Há um caráter diferente de atuação da CPI e do MRE. Aquela tem caráter pontual e este é permanente. A Embaixada em Paramaribo tem se esforçado para se introduzir na comunidade, bem como tem organizado consulados Itinerantes no meio da floresta e estendeu o convite ao Governo do Amapá para acompanhar, captar informações, mapear, e verificar se há situação de tráfico. A experiência do MRE no garimpo é de que as mulheres estão em situação de liberdade, de que não há dívidas, e que podem ir e vir do garimpo quando quiserem. O Conselheiro Aloísio é o contato responsável pelos Consulados Itinerantes. Sobre o medo dos brasileiros no Oiapoque, a Ministra informou que foi aberto recentemente um Consulado em São Jorge, e ressaltou que é importante que tenham essas informações por escrito, uma vez que agora o consulado já está na região.

Encaminhamentos da sessão

Foi sugerido que sempre que o Ministério das Relações exteriores fizer alguma ação nas fronteiras que a CETP sugira o convite para a rede.

Sessão 1- Informes da Rede

A sessão foi iniciada pela apresentação dos informes da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas pela Coordenadora Heloísa Greco:

- Lançamento da Campanha Coração Azul em maio, com a participação da cantora Ivete Sangalo, a embaixadora brasileira da campanha, e do diretor executivo do UNODC Yuri Fedotov, durante o qual o prédio do Palácio da Justiça ficou iluminado com luz azul;
- Participação na 77ª Plenária da Assembléia Geral das Nações Unidas para Avaliação do Plano Global de Ação contra o Tráfico de Pessoas, em Nova Iorque, também em maio;

- Participação na 13º Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em Lisboa, em maio, na qual foi aprovado o Plano de Ação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da CPLP para os próximos dois anos;
- Publicação do edital para composição da Sociedade Civil no CONATRAP – Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Participação no 3º Simpósio Internacional do Conselho Nacional de Justiça sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado em Campo Grande, em junho;
- Participação no Seminário de Segurança Urbana e Promoção dos Direitos Humanos, em São Paulo, voltado para Guarda Municipal;
- Realização, em julho, do Workshop Preliminar da Pesquisa ENAFRON sobre o diagnóstico sobre tráfico de pessoas em áreas de fronteira;
- Participação no 3º Congresso Latino-Americano sobre Tráfico de Pessoas - Globalização, Tráfico e Acesso à Justiça, Articulação de Diálogos Regionais, em julho em Bogotá – Colômbia;
- Participação da Capacitação do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal, em julho;
- Palestra do Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, na 38ª Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, em julho;
- Realização da 2ª reunião do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP, em agosto;
- Participação no Seminário Nacional da Campanha da Fraternidade 2014, em agosto;
- Chegada da Nova Coordenadora;
- Realização das eleições virtuais do CONATRAP em setembro;
- Lançamento da Campanha do Coração Azul para as rádios em setembro;
- Lançamento do 1º Relatório Parcial do Monitoramento do PNETP, em outubro e que já está no site no Ministério da Justiça;

- Participação no Colóquio sobre Tráfico de Pessoas no âmbito da Reunião Especializada dos Ministérios Públicos do Mercosul, onde foi lançada a campanha Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres em outubro, em Foz do Iguaçu;

Além disso, os eventos programados são:

- Lançamento do Comitê Social da Campanha do Coração Azul do Rio de Janeiro, em 21 de outubro;
- Posse do CONATRAP, prevista para o dia 18 de novembro;
- 3^a Reunião do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – II PNETP, no dia 02 de dezembro;
- Atividade autogestionada no Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 11 de dezembro.
- Contratação de Consultorias;
- Organização dos Cadernos Temáticos;
- Análise de dados e sentenças (consolidação do Relatório Global para o UNODC).
- Próximas publicações:
- Guia de Atuação no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil;
- Tráfico de Pessoas: Uma abordagem para os Direitos Humanos;
- Guia para Formação de Formadores.

Em seguida, a Coordenadora da CETP apresentou a nova articuladora da rede, Priscilla Hoffmann. Indicou a programação dos dois dias de Reunião Técnica e procedeu às orientações gerais quanto ao evento.

Ao término da apresentação da CETP, solicitou-se a apresentação de cada um dos participantes e os informes da rede.

Alexia (coordenadora NETP/RS) e Simone (RS- psicóloga):

- 1 Realização do Seminário Internacional sobre Tráfico de pessoas na cidade de Uruguaiana, em agosto. Presença da Ministra Maria do Rosário e da Diretora do Departamento de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça, Fernanda dos Anjos e com público de 420 pessoas;
- 2 Publicação da lei 14.303, em 16 de setembro de 2013, que cria Funções Gratificadas pelo Programa de Segurança Pública com Cidadania do Rio Grande do Sul, conhecido como RS da Paz, das quais 3 serão para compor equipe do NETP-RS;
- 3 Participação do curso da Acadepol em preparação para a Copa do Mundo. Trata-se de um curso que trabalha além da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, aborda a temática dos riscos associados ao turismo e o tráfico de pessoas;
- 4 Apresentação, em Porto Alegre, da peça As Polacas que trata do tráfico de mulheres judias no século XIX para o Rio de Janeiro, sendo que o NETP/RS disponibilizou ingressos para alguns membros do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas;
- 5 Em setembro, foi realizada uma Intervenção Cênica no parque da Redenção em Porto Alegre junto com a Frente Parlamentar em defesa de pessoas desaparecidas e a rede um Grito pela Vida. Foi uma atividade de divulgação do trabalho do Núcleo, com distribuição de materiais, esclarecimento de dúvidas sobre o tema etc.
- 6 Participação em audiência sobre pessoas desaparecidas;
- 7 O Estado fará adesão à Campanha do Coração Azul;
- 8 Estão programadas 3 capacitações pela Campanha da Fraternidade: para as Arquidioceses, Cáritas e para professores da Rede Católica;
- 9 O estado utilizará o número 181 (disque denúncia do RS) como referência às denúncias

de crimes de tráfico de pessoas;

10 Foi firmada, também, recentemente, uma parceria com a Polícia Civil do Estado para encaminhamento de denúncias recebidas pelo Núcleo.

Admar (coordenador NETP/BA)

1 Realização de ações de prevenção com o NETP Itinerante nas escolas municipais e estaduais – com participação de 2.764 alunos;

2 Ações de divulgação da Campanha Coração Azul, por meio do Facebook;

3 Realização de campanhas, junto com um grupo da Secretaria da Mulher, na praia de Arembepe, terminal marítimo, feira da mulher – na praça Municipal de Salvador e participação da caminhada a favor do ECA, no Município de Madre de Deus;

4 Capacitação para professores e para policiais;

5 Em 3 meses, o NETP capacitou 47 servidores;

6 Realizou a Caminhada Coração Azul, realizada na Barra, levando a campanha a conhecimento da população e da mídia local. Está organizando uma forma de divulgá-la nos blocos durante o Carnaval, sobretudo nos blocos afros.

7. Palestras de Conscientização na Ilha de Itaparica-BA e Maragojipe, visando à prevenção das comunidades nas imediações da Usina Paraguaçu.

8. No mês de setembro participou da ação de prevenção e conscientização do público LGBTS, na Parada Gay de Salvador, distribuindo folder da Campanha Coração Azul e adesivos do disque 100 e ligue 180.

9. Ação de Conscientização, no 1º Festival Florir Vida, do Município de Mundo Novo, com palestras e distribuição de material informativo.

10. Capacitação do Conselho Tutelar do Município de Madre de Deus em 23/07/2013.

Martinha (coordenadora NETP/DF)

- 1 Apresentou o Sr. Mário Gil (subsecretário de Direitos Humanos da SEJU do DF)
- 2 Informou o início de um trabalho de prevenção junto aos profissionais da rede hoteleira do Distrito Federal, com o intuito de identificar possíveis casos de tráfico de pessoas;
- 3 Foram feitas palestras em órgãos públicos que trabalham com vítimas de qualquer violência e com Coordenadores da Secretaria do Trabalho do DF;
- 4 Em dezembro, realizará uma mobilização no Aeroporto Internacional e na Rodoviária Interestadual, no intuito de informar à população que irá viajar sobre os riscos em relação ao tráfico de pessoas;
- 5 Articulação com a Polícia Civil do Distrito Federal (por meio de um Termo de Cooperação) para encaminhamento de denúncias de possíveis casos de tráfico de pessoas;
- 6 Já está em construção o Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a organização de um Fórum, que possivelmente ocorrerá nos dias 5 e 6 de dezembro, para colher contribuições para a minuta final do Plano.

Christine (Assistente social do NETP/AP)

- 1 Já existe no estado o 0800, funcionando 24 horas por dia, exclusivo para vítimas de tráfico de pessoas;

- 2 Informou que o NETP/AP possui página no facebook;
- 3 O Núcleo ainda está sendo implantado, e ainda não teve lançamento oficial;
- 4 O Comitê Estadual já está implementado e, no momento, o Núcleo está sensibilizando a rede;
- 5 Realização de diversas palestras nas escolas estaduais (Projeto: NETP nas escolas);
- 6 Participação no evento do ENAFRON no Oiapoque;
- 7 Participação no Seminário sobre diversidade de gênero na UNIFAP;
- 8 Projetos em desenvolvimento: NETP Itinerante, NETP nas escolas, NETP contra o tráfico de travestis e transexuais, nos quais são ministradas palestras de sensibilização e divulgação do trabalho do Núcleo;
- 9 Participação no desfile de 7 de setembro divulgando as atividades desenvolvidas pelo NETP;
- 10 Apresentou fotos da equipe.

Ivana (NETP/AC)

- 1 O NETP está em fase de transição, sendo transferido da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos;
- 2 Informou que, possivelmente, ela será a pessoa que estará à frente das ações do NETP/AC;
- 3 Destacou que os núcleos dos interiores estavam sem servidores para atuar, mas que agora já é possível o remanejamento de pessoas para atuarem no Núcleo e no Posto do

interior.

Ângela (assistente social do NETP/PA)

1. O NETP/PA, localizado em Belém, também está passando por um processo de transição;
2. O Posto Avançado começou a funcionar 24 horas por dia. Antes, funcionava 3 vezes por semana, nos horários dos vôos internacionais com rota para o Suriname;
3. Apresentou fotos da equipe multidisciplinar e da estrutura física do Núcleo;
4. Informou que trabalham também com a temática do trabalho escravo e que devido à grande extensão territorial do Estado, é difícil realizar um trabalho que seja tão completo, uma vez que há poucos profissionais para alcançar a dimensão territorial;
5. Há a integração de atividades com outras Secretarias, destacou a campanha realizada nos balneários;
6. Foi feito o atendimento a 19 vítimas;
7. Participaram de reuniões com a COETRAP;
8. Capacitação da rede – 633 profissionais capacitados, tanto de órgãos governamentais quanto da sociedade civil.

Marina – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Prefeitura de São Paulo

- 1 Marina coordena a Assessoria Especial de Promoção ao Trabalho Decente, que trabalha especificamente com o trabalho escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil;
- 2 Lançamento da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, a exemplo da COETRAE e da CONATRAE;
- 3 Devido ao fato de a Secretaria não desenvolver atividades fim, decidiu-se por não manter um Posto na rodoviária do Tietê, porém estão em articulação com o CREAS para serem áreas de referências nas rodoviárias.

Flávia (coordenadora NETP/ MG)

- 1 Destacou a mudança na coordenação, com a saída da Fernanda Givisiez, a Flávia Gotelip assumiu o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas no estado;
- 2 Informou sobre a chegada da Letícia Barreto no programa em Minas, especialista em prostituição e que tem feito análises bastante interessantes sobre tráfico e prostituição;
- 3 Ainda está em tramitação o decreto que instituí formalmente o Comitê Estadual. O Comitê foi criado há 7 meses e já está na 7^a reunião. Tem funcionado bem, mesmo sem o decreto. Fruto disso são algumas intervenções que vem acontecendo sobretudo na área do trabalho. Ressaltou que em Minas, especialmente em Belo Horizonte, tem havido muitos casos de trabalho escravo na construção civil e na mineração;
- 4 No âmbito do Comitê, já foram capacitados 4.500 servidores, destacam-se os cursos inseridos na formação de novos sargentos e na formação de delegados;
- 5 Parceria com a SEPAM – Secretaria Especial de Política para as Mulheres com orçamento da SPM, realizaram capacitações em 7 mesorregiões de Minas Gerais, atingindo 183 municípios;
- 6 Finalização da construção do marco lógico do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais;

- 7 Foi realizada a Campanha de prevenção ao tráfico de pessoas no dia 23 de setembro. Foram feitas reuniões com meninas de áreas em situação de vulnerabilidade e alto índice de criminalidade de Belo Horizonte para falar da temática, já que era uma data que relacionava a questão da exploração sexual e o tráfico de mulheres e meninas;
- 8 Destacou que a Coordenadora está compondo o Comitê de Subregistro Civil. A idéia dos Comitês (que existem em todos os Estados) é de incentivar o registro civil. Ela tem tentado levar o tema principalmente à Polícia Civil, por meio da Delegacia de pessoas desaparecidas, no intuito de trazer a realidade que crianças que estão desaparecidas, muitas vezes, podem estar em situação de tráfico e são registradas em outros municípios com muita facilidade;
- 9 O Núcleo realizará uma capacitação em 29 de outubro e convidou a todos.

Stella (coordenadora NETP/ PR)

- 1 NETP tem um ano de funcionamento;
- 2 Participação na reunião do Comitê de Trabalho Escravo;
- 3 Participação na reunião do Grupo Executivo do Trabalho Decente;
- 4 Apresentação do Núcleo ao MPE com o objetivo de estabelecer parceria para execução da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- 5 Participação em reunião do Comitê do Migrante do Estado do Paraná, que trabalhará conjuntamente com o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- 6 Reunião com a rede Um Grito pela Vida e o Conselho Tutelar, visando apoio para as ações do Núcleo e para a Campanha da Fraternidade da CNBB;
- 7 Realização do dia de mobilização pelos direitos da mulher, na UFPR com ampla

participação da população;

- 8 Monitoramento de recambiamento de vítima de tráfico;
- 9 Confecção de folders sobre o NETP/PR;
- 10 Recâmbio de vítima via Posto Avançado de Guarulhos;
- 11 Recebimento de denúncia de tráfico de pessoas via telefone, com encaminhamento para averiguação para a Polícia Federal em Brasília, conforme fluxo de atendimento dos Núcleos;
- 12 Monitoramento de vítima de tráfico encaminhada em fevereiro de 2013;
- 13 Participação do NETP/PR em AÇÃO – Feira de serviços, que é um Programa do Estado do Paraná, no qual são oferecidos vários serviços, realizada em bairros carentes e cidades do interior. Nela foram distribuídos folders do NETP/PR;
- 14 Realização da I Conferência Estadual para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em outubro, em Foz do Iguaçu, sendo que foram atingidos os objetivos de disseminação da Política e engajamento das entidades;

Valdir (coordenador NETP/ GO)

- 1 O novo coordenador assumiu a Coordenação do NETP em abril de 2014;
- 2 Foram realizadas, no interior do estado, 15 capacitações em julho e 8 em agosto, incluindo a cidade de Águas Lindas, próxima a Brasília. Parceria, por meio de convênio, com a Secretaria de Educação do Estado;
- 3 Em setembro, no dia 23, foram realizadas ações no aeroporto e na rodovia BR-153, com a participação da Polícia Rodoviária Federal;

- 4 Capacitação de novos agentes das Academias de Polícias Militar e Civil;
- 5 A SEMIRA recebeu 2 ônibus da Secretaria de Política para Mulheres, da Presidência da República, para realização de atividades de prevenção da violência doméstica na zona rural;
- 6 Inaugurado Projeto Casulo, que é uma casa de passagem para assistência de travestis e que é presidido pela Beth Fernandes, conselheira titular do CONTRAP.

Seilani (coordenadora NETP/AM)

- 1 A nova coordenadora está a 3 meses a frente do NETP/AM;
- 2 Informou que o Núcleo está inserido na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que possui um Departamento de Direitos Humanos que, por sua vez, tem como foco primordial o sistema penitenciário.
- 3 Informou que estão dando continuidade ao trabalho já desenvolvido pela antiga chefia;
- 4 Campanha de enfrentamento ao tráfico de pessoas em andamento tanto pelo Núcleo quanto pelos Postos Avançados;
- 5 Destacou que todos os servidores dos Postos Avançados são fruto de acordos de cooperação com as Prefeituras dos Municípios;
- 6 Destacou a inauguração do posto de Tabatinga no tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil;
- 7 Informou que não há casos comprovados de tráfico no estado, mas existem indícios;
- 8 Realização de palestras a aspirantes de policiais sobre a temática de ETP, com intuito de esclarecer acerca da identificação de casos.

Cristiano (coordenador dos Postos/AM)

1 É assessor do Departamento de Direitos Humanos e responsável pela articulação para implementação dos postos avançados;

2 Destacou os locais onde já existem postos em funcionamento: Manacapuru, Coari, Itacoatiara, Tabatinga, Parintins, Porto da Ceasa e Rodoviária de Manaus;

3 Junto aos Postos são realizadas ações dentro das escolas, que fazem parte do Projeto Educar para prevenir, em parceria com a UEA (Universidade Estadual do Amazonas) e as prefeituras locais;

4 Há a previsão de implantação dos Postos no Município de Presidente Figueiredo, no aeroporto, e dentro do núcleo de prática jurídica da UEA.

Silvana (coordenadora PAAHM/GRU)

1 O Posto está em processo de reestruturação. Atualmente conta com 9 funcionários e mais uma equipe de retaguarda;

2 A mudança do espaço físico do Posto só acontecerá em 2014;

3 Encerramento do Projeto GENÔVA – enfretamento ao tráfico de pessoas e o turismo sexual - política de enfrentamento ao tráfico;

4 Realizará um Seminário Internacional em 10 de dezembro, com o pessoal do Mercosul (em especial do Mercocidades). Neste seminário tem-se a pretensão de lançar o Comitê de ETP de Guarulhos, uma vez que o processo já está em tramitação;

- 5 Tramitação protocolo de comunicação entre núcleos e postos;
- 6 Transformou o protocolo de atendimento em um software com transferência automática das fichas entre as unidades. Esse sistema será instalado em 3 unidades (Posto, Gabinete da Secretaria e no CREAS). A idéia é otimizar o tempo e identificar se é um caso de tráfico ou não e partir daí estabelecer fluxo específico de acordo com o caso;

Devido ao adiantado horário, os demais informes dos Núcleos e Postos foram deixados para o fim do dia.

Sessão 2: diálogo com DPF

Palestrante: Delegada de Polícia Federal e Chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas (URTP), Dra. Vanessa Leite.

A delegada iniciou sua apresentação destacando as atribuições da unidade e ressaltou que a Polícia Federal trata apenas o que é crime, ou seja, as infrações que estão na lei. Assim, a URTP, em relação ao tráfico de pessoas, trabalha somente com o tipo penal expresso nos Arts. 231 e 231-A do Código Penal (tráfico internacional e interno). Nesse sentido, ela utilizou como exemplo o trabalho escravo, que é crime, mas não é caracterizado como tráfico de pessoas, então será tratado em outra unidade da Polícia Federal.



Outro exemplo utilizado foi o de tráfico de criança ou adolescente, que para a Polícia Federal é o que está no Art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se refere à

retirada de um menor do país em desacordo com a legislação. Por isso, a adoção ilegal não é de competência da PF, é competência da Polícia Civil, a não ser que haja saída ilegal do país.

Sobre o tráfico de órgãos (Art.14 e 15 da Lei 9434 de 1997), a delegada disse que, para ser tratado pela Polícia Federal deve ter a saída do país, senão, será atribuição da polícia civil do Estado. Destacou um único caso de tráfico de órgãos no país, em Pernambuco.

Para a PF, a cooperação internacional é essencial para o enfrentamento ao tráfico.

Os canais de cooperação são:

- 1 Interpol (são 193 membros);
- 2 Adidos policiais e oficiais de Ligação;
- 3 Cooperação Jurídica – para todos os casos em que é necessária a autorização judicial para realizar determinada ação de investigação (exemplo, escuta telefônica).

Exemplos de operações policiais:

- 1 Operação planeta. Foi a primeira de 2013, iniciada por meio de uma denúncia no ligue 180 (aliciamento em Salvador e exploração em Salamanca – Espanha).

2 Operação Ninfas (Brasil – Espanha). O interessante é que, nesse caso, o responsável pela exploração já havia sido condenado no Brasil, em Goiás.

Ela destacou a importância da cooperação entre as entidades policiais: a denúncia é feita por um dos canais oficiais (ligue 180 ou disque 100) e encaminhada para a polícia. Se o caso for internacional, a Polícia Federal entra em contato com o seu adido, que faz a articulação com a polícia do outro país e solicita autorização judicial para poder entrar no local. Ressaltou também a importância da participação do Núcleo com a assistência às vítimas e o MRE com a repatriação.

Sobre a relação da Polícia Federal com os Núcleos e Postos, ela disse que ambos os equipamentos são importantes pontos de contato e fontes de informação sobre ocorrências de tráfico de pessoas. Ressaltou que o maior número de denúncias vem do ligue 180, e que recebe poucas denúncias advindas da rede. Reforçou a necessidade de aproximação e informou que há uma normativa interna, a 01/2013, que indica os núcleos e postos como contatos para referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas. É um procedimento operacional padrão da polícia. Dra. Vanessa orientou que, quando os Núcleos e Postos receberem um caso de tráfico de pessoas, que eles entrem em contato com a Unidade Central, mesmo que entrem em contato com as superintendências dos estados.

Em relação ao encaminhamento de denúncia e o sigilo, salientou que, mesmo que a vítima peça para que não haja denúncia, o núcleo deve efetuar a encaminhamento, a não ser que haja necessidade de autorização judicial para atuação da Polícia Federal, não é preciso identificar a vítima. Por fim, ressaltou que o Tráfico de Pessoas é uma ação penal pública incondicionada, ou seja, gera a obrigação de investigar para a Polícia Federal. Deixou o contato da Dra. Tatiane URTP (61- 2024 7939) que irá substitui-la durante a licença maternidade.



Debate:

Dra. Vanessa respondeu que foi encaminhada resposta para o Núcleo, mas que se não receberam o ofício, ela irá enviar novamente o documento. Além disso, explicou que a operação Liberdade foi um caso de imigrantes de Bangladesh que vieram para o Brasil para trabalhar em frigoríficos, mas que não foi constatado exploração do trabalho e que também não foi tipificado como tráfico de pessoas. O caso foi avaliado pela Polícia Federal como contrabando de migrantes, uma vez que não foi comprovado nenhum envolvimento das empresas.

Alexia (RS) informou que não mantém uma relação tão próxima com a superintendência do Estado. Por isso, perguntou sobre como proceder, se atua de forma desvinculada da superintendência local ou se mantém contato mesmo com as divergências entre órgãos.

Dra. Vanessa respondeu que já ouviu, inclusive de colegas, que não há casos de tráfico de pessoas no Rio Grande do Sul. Ressaltou que quando se fala em TP é necessário se falar em sensibilização dos atores, pois as pessoas precisam conhecer sobre os crimes violadores de direitos humanos. Muitos confundem tráfico de pessoas com contrabando de migrantes, ou mesmo não reconhecem que o consentimento é irrelevante. Por isso, orientou a sempre comunicar a URTP, sobretudo quando o Estado encontrar alguma dificuldade com a Superintendência local, pois na URTP estão todos sensibilizados.

Flávia (MG): Reforçou a posição da Alexia, ressaltando a possibilidade de que haja uma aproximação entre a Unidade Central e as Superintendências Estaduais a fim de facilitar o

trabalho dos núcleos com aquelas superintendências, ou seja, um esforço para fortalecer as relações e de não gerar nenhum constrangimento do núcleo no caso em que houver encaminhamento com cópia para a URTP. Outro ponto foi a questão dos fluxos. No caso relatado, o disque 180 acionou a polícia e o núcleo da Bahia? Ou a polícia que depois acionou o núcleo? Uma vez que se reforça que os núcleos e postos são pontos de referência de registro e monitoramento de casos de tráfico de pessoas nos estados, foi destacado que o disque é que deve acionar o núcleo, pois se os núcleos não são contatados pelo disque, não há como acompanhar e monitorar ou preparar alguma ação. Outra questão surgida na última reunião do Comitê em Minas é que parece não haver uma unidade quando se pede um levantamento de casos para a Polícia Federal. Alguns estados apresentam dados de tráfico de pessoas restritos ao artigo 231 e outros consideram o trabalho escravo. Um último ponto refere-se ao sigilo, principalmente quando o caso é debatido no âmbito do Comitê Estadual e a vítima não quiser se identificar. Assim, não é citado o nome da vítima, porém a rede pode reconhecer pela descrição do caso quem é a possível denunciante. Essa situação se agrava, pois em Minas, a política de proteção às vítimas não funciona. Para contornar esta situação, uma sugestão que veio da DPU, que já acontece lá, é a criação de uma segunda identidade para a pessoa e a dúvida do Núcleo é de como isso ficaria no inquérito.

Dra Vanessa respondeu que não deverão ser contabilizados como tráfico de pessoas os crimes que não estão circunscritos no 231 e 231-A. Os casos de exploração laboral serão contabilizados como condição análoga à de escravo. Em relação ao ligue 180, disse que as denúncias são encaminhadas para a Polícia, e que ao receber a denúncia já vem especificado para quais instituições a denúncia foi encaminhada. Defendeu que nos casos recebido pelo 180, seja mantido o fluxo de encaminhamento prioritário para a polícia para que não haja empecilhos ou prejuízos para a investigação.

Jeanne (PE): questionou se a Polícia Federal pode fazer algum monitoramento do local (no exterior) para onde uma pessoa esteja indo e que possivelmente seja para fins de tráfico.

Dra. Vanessa respondeu que não, pois há a necessidade de que efetivamente a pessoa tenha sido aliciada e explorada para iniciar o trabalho da Polícia Federal.

Juliana (SP): sobre a questão da competência concorrente -polícia civil e polícia federal- perguntou como poderiam ser harmonizadas as atuações para tráfico interno ou externo. Outra questão é a da contabilização de dados, se existe e como é feita. Deu como exemplo os dispositivos 206 e 207 do código penal, sobre aliciamento para imigração ou emigração de trabalhador, visto que, por mais que não seja tráfico de pessoas segundo o Código Penal, se encaixa perfeitamente ao que está disposto no Protocolo de Palermo no que tange à questão do trânsito para fins de exploração. Assim, complementou questionando como pode contabilizar, dentro desses tipos penais, a realidade que é a do tráfico no Brasil.

Dra Vanessa respondeu destacando que tráfico interno é atribuição primária da polícia civil e da justiça estadual, porém a legislação destaca a atuação da polícia federal em crimes de violação de direitos humanos. Essa lei abre uma brecha para atuação da polícia federal, mas não é em todos os casos. Já em relação ao 206 e 207, eles não pressupõem exploração, eles dizem respeito ao aliciamento. Assim, para que seja contabilizado como tráfico de pessoas é preciso que ele esteja junto com o art.149 (Código Penal), ou seja, que haja a exploração do trabalho.

Martinha (DF) reiterou o pedido de envio do relatório relativo à operação liberdade e agradeceu a parceria e o apoio da polícia federal.

Encaminhamentos da Sessão:

- Sempre seja copiado o e-mail da URTP (Unidade Central) nas denúncias.

Sessão 3: diálogo com CONARE

Palestrante: Dr. Virgínius José Lianza da Franca
(Coordenador-Geral do CONARE – Comitê Nacional para Refugiados)



Virgínius iniciou sua apresentação com um retrospecto do surgimento do CONARE. Destacou que o Brasil é signatário da convenção de 1951 desde o ano de 1974, e é signatário da convenção de 1964 desde o ano de 2006. No entanto, a lei específica para tratar sobre os procedimentos de refúgio e que cria o órgão específico para lidar com o refúgio no Brasil-CONARE-, é de 1997 – Lei do refúgio (9.474/97). Em 1998, o CONARE iniciou seus trabalhos e, desde então, foram mais ou menos 90 reuniões ordinárias, que acontecem em intervalos variados de mais ou menos 45 dias e 17 reuniões extraordinárias, sendo 8 delas, mais recentemente para tratar da questão dos haitianos.

A lei do refúgio tem três marcos essenciais: ela agrupa três importantes correntes da proteção internacional; incorpora as definições clássicas de refugiados das convenções de 51 e do protocolo de 67; e traz a definição estendida de refugiado da declaração de Catargena de 1984.

Em seguida, informou como funciona a questão do refúgio no país. Ressaltou que todo o trabalho é feito por uma coordenação tripartite de proteção, que consiste no CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e Sociedade Civil (ONGs, rede principal que dá base para a proteção e assistência aos refugiados).

O instituto do refúgio apresenta um rol fechado de classificação. O art. 1º da lei diz que será reconhecido como refugiado todo o indivíduo que não queira ou não possa voltar ao seu país de origem devido a fundado temor de perseguição, por 5 motivos (e somente

esses): raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas. No art. 3º aparece a versão ampliada da Declaração de Cartagena, que é a grave e generalizada violação de direitos humanos que obriga a pessoa a buscar refúgio em outro país. Não é preciso a demonstração de que a pessoa esteja sendo perseguida, o fundamental é o fundado temor de perseguição.

Outro ponto destacado foi a extensão da condição de refugiado. Os efeitos do reconhecimento da condição de refúgio são estendidos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, bem como aos demais membros do grupo familiar dependentes economicamente do refugiado, desde que se encontrem em território nacional. É condição indispensável que o estrangeiro esteja já no território nacional. No Brasil, o modelo é diferente daquele da Suécia e da Austrália em que o refúgio pode ser solicitado ainda do país de origem.

Em seguida, apresentou as cláusulas de exclusão, ou seja, elementos que impossibilitam que uma pessoa seja reconhecida como refugiada, mesmo existindo o temor de perseguição (Art. 3º da Lei 9.474/97):

I - Já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR;

II - Sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados a condição de nacional brasileiro;

III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas;

IV - Sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

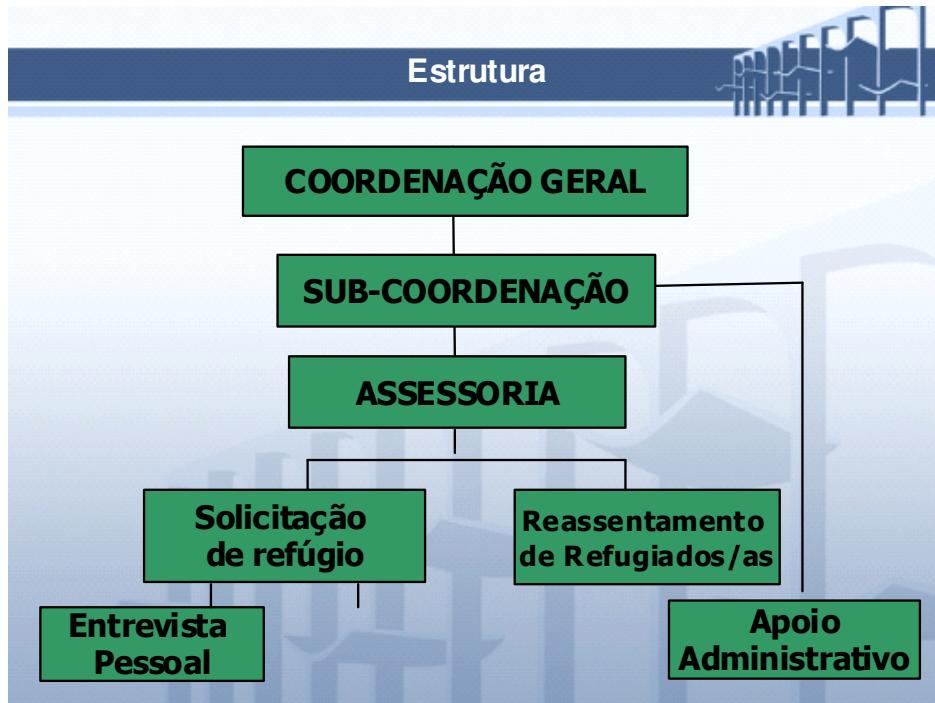
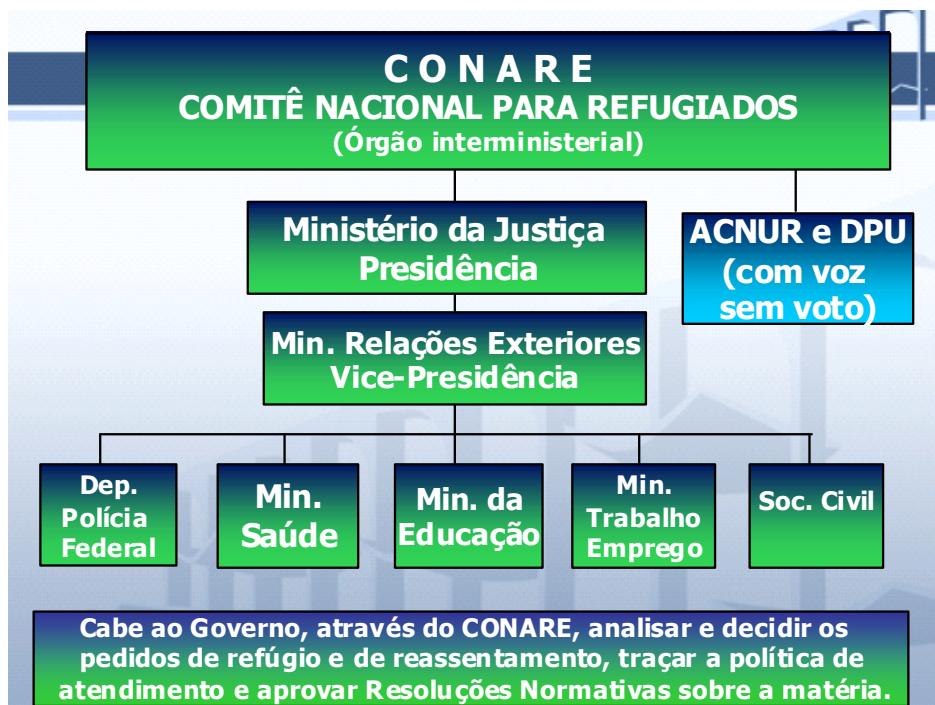
Outro ponto importante foi sobre ausência ou falsidade de documentos. O procedimento de solicitação de refúgio é universal no sistema, ou seja, qualquer cidadão, desde que esteja

em território nacional, tem o direito abstrato universal de solicitar o refúgio, independente de entrada irregular em território nacional, de ausência de documentação e/ou até mesmo do porte de documento falso. Enfatizou que o porte de documento falso ou a ausência da documentação tem que ser condição da perseguição sofrida.

Como competências do CONARE (art. 12, Lei 9.474/97), elencou:

- I) Analisar o pedido e declarar o **reconhecimento**, em 1^a instância, da condição de refugiado;
- II) Decidir, em 1^a instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, a **cessação** da condição de refugiado;
- III) Determinar, em 1^a instância, a **perda** da condição de refugiado;
- IV) Orientar e **coordenar** as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;
- V) Aprovar **instruções normativas** esclarecedoras à execução da lei do refúgio.

Em seguida, apresentou um slide sobre o funcionamento do CONARE, destacando que o Comitê funciona em 2 vertentes: uma principal, que é política e deliberativa – plenário do Comitê, que é presidido pelo Ministério da Justiça; participam também, o Ministério das Relações Exteriores, o Departamento de Polícia Federal, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e a Sociedade Civil, todos com direito a voto. Ainda, participam o ACNUR e a DPU, que possuem voz, mas não voto. Na realidade, as decisões de concessão de refúgio pelo CONARE são consensualizadas. Além da estrutura político-decisória, o Comitê conta com outra parte, operacional, que é a Coordenação Geral de Assuntos para Refugiados que apresenta a seguinte estrutura: Coordenação, Sub-coordenação, Assessoria, onde são processadas as solicitações de refúgio, as entrevistas e numa outra parte os reassentamentos e o apoio administrativo. Hoje a Coordenação Geral conta com uma equipe de 10 pessoas.



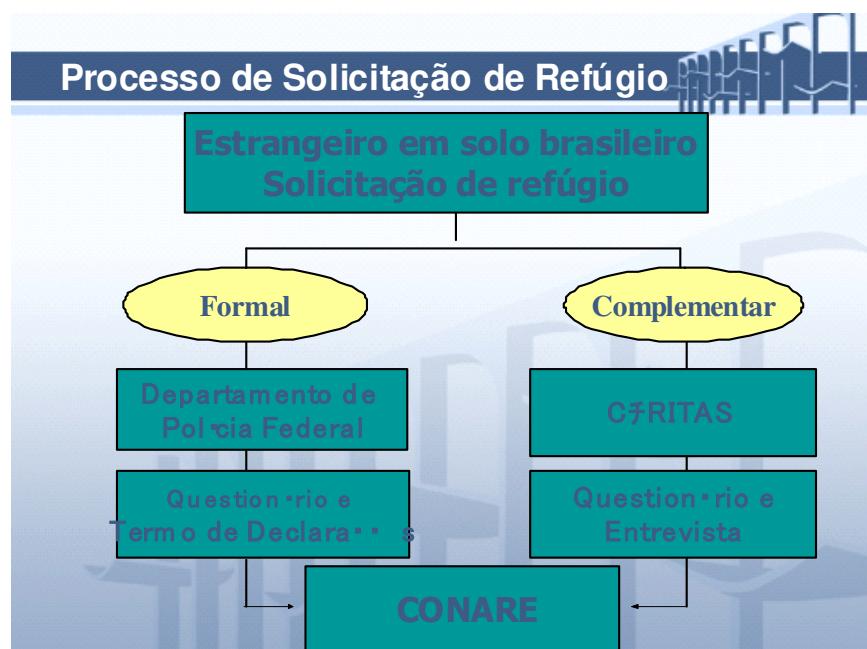
Assim, a Coordenação Geral é quem faz o gerenciamento dos procedimentos de entrevista e instrução dos processos. A cada solicitação de refúgio um dos oficiais de elegibilidade

procede à entrevista do interessado.

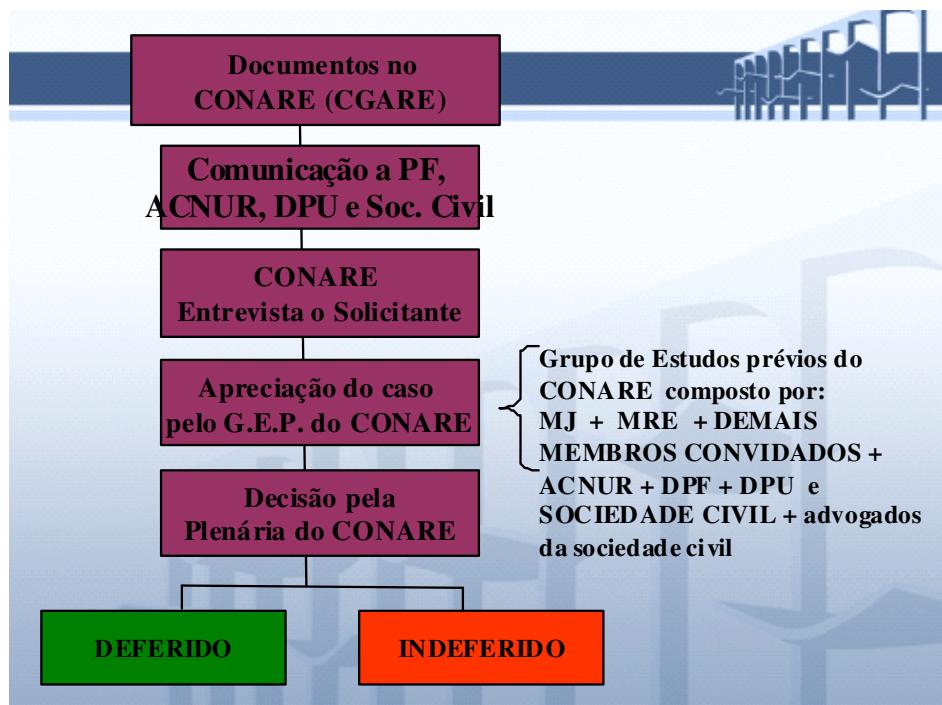
Em abril do corrente ano, em parceria com a Defensoria Pública da União, foram realizadas capacitações dos agentes públicos, em 27 Defensorias Públicas, em 16 estados da federação, para procederem essa entrevista pessoal com o solicitante de refúgio em nome da Coordenação Geral de Assuntos para Refugiados. Essa capacitação ampliou a capacidade de processamento da coordenação. Hoje são 36 oficiais capacitados para essa função.

Além disso, a Coordenação Geral é responsável pela organização das reuniões do CONARE, pela expedição de certidões de atos relativos às deliberações do CONARE e expedição da documentação relativa à condição de refugiado.

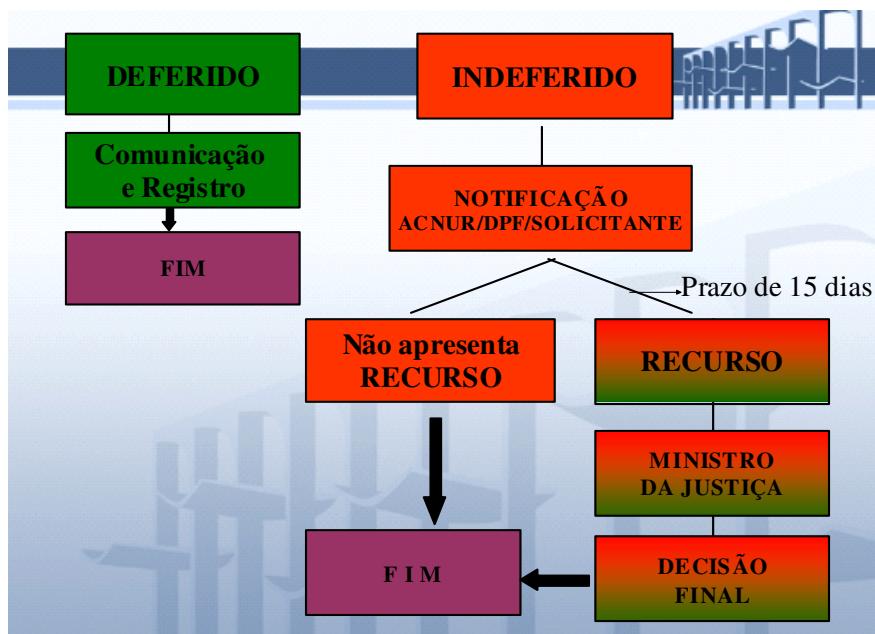
Em seguida, apresentou o fluxograma para solicitações de refúgio.



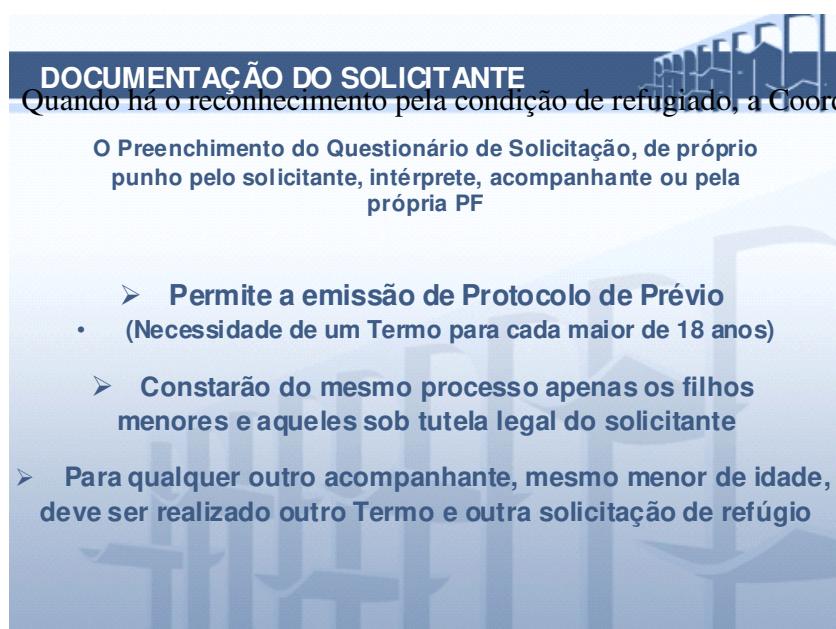
Sobre o procedimento para solicitar refúgio, ele destacou, mais uma vez, a necessidade do estrangeiro estar em solo brasileiro. Em segundo lugar, é necessário a formalização do pedido (obrigatório) no departamento da Polícia Federal, momento em que o solicitante é ouvido pela primeira vez. A sociedade civil realiza o mesmo procedimento que a Polícia Federal, em um segundo momento. Ambos encaminham as documentações ao CONARE, que, por sua vez, comunica o ACNUR, a DPU e a sociedade civil. Logo após há o processo de entrevista pelo CONARE e o estudo prévio (técnica) pelo GEP e, em seguida, o requerimento é levado à apreciação da Plenária para decisão e homologação.



Há dois ritos: quando o pedido é deferido e quando é indeferido. Quando o processo é deferido, comunica-se à Polícia Federal e registra-se o processo como aceito. Ao término o cidadão passa a ter a sua permanência no país. Quando indeferido, o requerente é notificado pessoalmente. O ACNUR, a DPF, a DPU dispõe ao requerente a possibilidade de oferecer recurso da decisão no prazo de 15 dias. Quando não há recurso, o processo é extinto. Quando há recurso, o processo é analisado pelo Ministro, com a decisão de deferimento ou indeferimento, sem a possibilidade de recurso.



Em relação à documentação necessária para o solicitante de refúgio, Virginius esclareceu que o interessado deve preencher um protocolo prévio, individual, e sua emissão concede de imediato o direito a emissão do CPF e da carteira de trabalho. O protocolo tem validade de 180 dias e é renovável, por igual período, até o trânsito em julgado da solicitação. Caso haja recurso, o documento é válido até a decisão terminativa do Ministro.



Reconhecimento da Condição de Refugiado

- 1) A Coordenação-Geral do CONARE encaminha ofício ao DPF;**
- 2) DPF notifica ao refugiado da decisão**
- 3) Registro no DPF: assinatura do Termo de Responsabilidade e emissão de RNE**
- 4) Renovação de RNE: a Coordenação-Geral do CONARE emite Certidão ao DPF confirmando a condição de refugiado**

O refugiado não poderá se ausentar do país sem um comunicado e sem a autorização prévia da Coordenação do CONARE. Caso não o faça, há a possibilidade de perda da condição de refugiado. A autorização se dá dentro do próprio passaporte ou junto para que a Polícia Federal faça a emissão do passaporte especial.

Explicou que o solicitante pode, a qualquer tempo, desistir do processo ou renunciar à condição de refugiado. Não há uma imposição do governo brasileiro com relação ao status ou à manutenção.

Apresentou, também, alguns dados estatísticos que seguem abaixo.

Estatísticas brasileiras de refúgio

Ano	2010	2011	2012	2013
Novas Solicitações	566	1.138	2.008	3.543 Até 31.08.2013
Media Mensal	47	95	167	443
Missões	18	11	14	16
Reuniões	07	11	08	04
Casos Apreciados	287	435	823	928
Deferimentos	123	124	199	400
Indeferimentos	164	311	596	528
Recursos Analisados	25	92	07	400 (meta para 2013)
Recursos Deferidos	00	01	01	
Recursos Indeferidos	25	91	06	

SOLICITANTES POR NACIONALIDADE

PAÍS	QUANTIDADE
BANGLADESH	1.472
SENEGAL	463
LIBANO	169
RDC	98
COLOMBIA	81
OUTRAS (49 Nacionalidades)	2.353
TOTAL	4.636

REFUGIADOS POR NACIONALIDADE

PAÍS	QUANTIDADE
ANGOLA	1.062
COLOMBIA	743
RDC	575
SIRIA	261
IRAQUE	215
LIBERIA	211
Outras Nacionalidades (74)	1.340
TOTAL	4.407
Aplicada a integralidade da cláusula de cassação para Angola e Libéria	3.144

Devido ao adiantado horário, deixou os slides sobre as boas práticas já implementadas e sobre os desafios do CONARE.

BOAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS

- Estrutura tripartite: decisão e acolhida;
- Extensão de programas assistenciais e benefícios do governo federal aos refugiados;
- Permanência: quatro anos como refugiado;
- Criação de Comitês Estaduais;
- Acesso à educação superior: processo seletivo UFSCAR.(CSVM)

BOAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS

- Resolução n. 13 do CONARE: casos a serem enviados ao Conselho Nacional de Imigração- CNIg;
- Procedimento *fast track* de reassentamento:
- Apoio às Redes de Proteção
- Ampliação das Redes de Integração
- Parcerias com o MERCOSUL

PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Perfil do Refugiado**
- **Ampliação na Inserção nas Políticas Públicas**
- **Celeridade na Apreciação das Solicitações**
- **Cláusulas de Cessação**
- **Ampliação das Redes**
- **Mobilidade Regional**
- **(RE)dimensão do Instituto do Refúgio**
- **(RE)definição dos MARCOS LEGAIS**

Por fim, pôs-se a disposição para as perguntas e deixou seus contatos.



Debate

Juliana (SP) perguntou sobre a harmonização entre os dispositivos do CNIG e do CONARE no que tange à questão do visto humanitário. Ela esclareceu que a pergunta tem o intuito de compreender como relacionar a possibilidade de visto humanitário para vítimas de tráfico de pessoas.

Lívia (CE) fez referência a um caso no Ceará, onde, pela primeira vez, 3 solicitantes de refúgio foram ao Posto. Declarou que se a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas ainda não se reconhece enquanto rede (alguns sujeitos), tampouco a rede de atenção ao solicitante de refúgio. Assim, listou alguns atores que não se reconheciam como rede no caso dos refugiados: SDH e Assistência Social. Na busca por uma solução para o caso, conheceram a Cáritas e o IMDH. Relatou que também teve dificuldade em relação às informações que eram apresentadas, uma vez que ocorriam divergências entre o que era relatado ao Posto e aos estrangeiros. Solicitou uma maior divulgação da rede de assistência ao refugiado e que ele deixasse os contatos para auxiliar a rede de TP nesse trabalho.

Angela (PA) apresentou um caso recebido há cerca de 1 ano e meio, em que 3 colombianos

informaram que haviam solicitado refúgio. A solicitação foi feita em Macapá, local por onde os estrangeiros ingressaram no país, e em seguida, deslocaram-se até São Paulo em busca de mercado de trabalho. Informou que não obtiveram retorno do caso e questionou se esse procedimento (informações sobre a condição de refúgio) é sigiloso ou se o Núcleo pode ser informado a respeito.

Jeanne (PE) destacou que recebeu uma família de sírios em um sábado à tarde e relatou todas as dificuldades que enfrentaram para realizar o abrigamento e a assistência.

Virginius comentou que ao chegar à Coordenação do CONARE, percebeu que havia alguns paradigmas que precisavam ser quebrados. O primeiro era em relação ao sigilo. O sigilo, da forma como ocorria, inviabilizava diversas ações. Assim, foram realizadas alterações em relação a alguns procedimentos. Disponibilizou o e-mail: conare@mj.gov.br, em que toda informação que é dada por meio desse e-mail é pública. Ressaltou que, por vezes, algumas informações são preservadas a depender da fonte a qual se está transmitindo, como o nome e o local onde a pessoa está naquele momento. Destacou que, muitas vezes, o CONARE não sabe onde as pessoas estão, uma vez que iniciam o processo de refúgio em um local, e depois migram para outros municípios. Disse que o Estado do Ceará recebe 42,5% dos solicitantes de refúgio no Brasil, sendo que 86 % dos solicitantes que vêm da África chegam primeiro em Fortaleza. Embora não se tenha uma rede de proteção ao refugiado estruturada e parcerias mais aprofundadas com outras entidades da sociedade civil nas diversas localidades do país e, ainda que não se tenha a cultura difundida da necessidade de proteção e ampliação da assistência a essas pessoas em sua chegada ao território nacional, já há um esforço nesse sentido. Até 2013, o CONARE tem trabalhado em uma ótica limitada no que tange aos recursos. Ressaltou que não é somente a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas que não consegue essa identidade entre si. A rede de proteção ao refugiado é muito mais sensível porque são menos entidades que fazem esse trabalho e há uma grande dificuldade em inserir essa temática no âmbito governamental, seja federal, estadual ou municipal. Em relação à questão da transparência, há uma preocupação de que esta seja a maior possível. Hoje, tanto no site quanto no blog do Ministério da Justiça estão reunidas notícias das últimas 14 semanas. Fazendo menção à fala da Juliana, Virginius disse que a questão do refúgio enfrenta um vazio legislativo

enorme. O estatuto do estrangeiro é de 1980, bastante ultrapassado. Assim, tem-se buscado uma solução construtiva para essas questões que passa pela regularização do status migratório (base legal). Não há dúvidas de que se faz necessária uma revisão da base legal, mas esta está longe ainda de ser revista, mesmo com os esforços que o Ministério tem feito. Em relação à questão da rede, informou que foi firmado um termo de cooperação técnica com o IPEA e o ACNUR. Trata-se de um projeto de três vertentes: a primeira é um levantamento do perfil sociodemográfico do refugiado no Brasil; a segunda é identificação do nível de integração possível hoje ao refugiado; e a terceira é estruturação da metodologia para a elaboração do Plano Nacional de Acolhida Internacional aos Refugiados. Será a partir da publicação desse plano que se pretende constituir efetivamente a rede de atenção ao refugiado. Por fim, destacou que a primeira fase desse projeto será concluída em novembro de 2013.

Apresentação CNBB - Campanha da Fraternidade 2014



Palestrante: Padre Luiz Carlos – Representante da CNBB.

O padre relatou sobre o trabalho da Campanha Fraternidade 2014 – Fraternidade e Tráfico Humano. Falou que essa campanha era para ter sido realizada em 2013, mas com a Jornada Mundial da Juventude, foi transferida para 2014.

Aproveitou para contextualizar e explicar o que é a Campanha da Fraternidade, ou seja, esse é um grande projeto de evangelização da igreja no Brasil e o momento mais importante da Campanha é no período da quaresma, pois os fiéis se voltam de forma mais dedicada para os projetos de Deus.

A Campanha Fraternidade iniciou-se em 1964 e tem como objetivo potencializar e tratar de questões sociais com toda a sociedade. Ele passou a apresentação de algumas Campanhas anteriores e explicou que o tema é sempre tirado da Bíblia e que a temática escolhida para 2014 apresenta uma leitura teológica do tráfico humano.

O tráfico de pessoas é uma grande preocupação para a Igreja, e o Papa Francisco já manifestou seu interesse em levantar dados a respeito do assunto. Foram produzidos vários materiais para a campanha: texto base, livreto, DVD.

A Metodologia da Campanha engloba três conceitos: Ver, Julgar e Agir.

- * Ver: Descrever o que é tráfico humano; situar a questão num contexto; apresentar a definição, as principais modalidades e as características; e como fazer seu enfrentamento.
- * Julgar: a luz da palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja.
- * Agir: Momento de enfrentamento ao Tráfico humano; conscientização e prevenção; denúncia, reinserção social e as políticas públicas; indicações das ações; necessidade de parcerias. Relatou que o Agir se estrutura no II PNETP e defendeu que Ação da igreja não pode ser desvinculada da ação social.

O objetivo geral é identificar as práticas de tráfico humano em suas várias formas e denunciá-lo.

Informou que, no final do livro da Campanha tem indicações para as possíveis denúncias e que o texto também contempla a Campanha Coração Azul. A Campanha tem a intenção de ajudar a potencializar questões sociais, justamente por abranger temas de revolta e por ter capilaridade na sociedade.

O Padre colocou-se à disposição da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas e

informou que estão pensando em colocar um link no hotsite da campanha para o recebimento de denúncias que serão remetidas para a SNJ.

Deixou o e-mail campanhas@cnbb.org.br caso queiram entrar em contato, ou para aqueles que tiveram dificuldades em realizar a inscrição para o curso EAD que está sendo oferecido pela CNBB.

Jeanne enfatizou que, em Pernambuco, o NETP tem um contato bastante estreito com a CNBB e com a rede um Grito pela Vida e realizam sempre parcerias e palestras.

Cristiano falou que no Comitê do Amazonas, a Cáritas e a rede um Grito pela Vida faz parte do Comitê Estadual e são parceiros em várias ações.

Sessão 4- Acompanhamento Legislativo

A Sessão de acompanhamento legislativo teve como objetivo a apresentação dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso que tem relação com o tema do tráfico de pessoas e com o II PNETP, conforme slides abaixo.



Meta	Redação da Meta	Projetos de Lei
1.A.1	Estratégia desenvolvida para viabilizar a aprovação do Projeto de Lei nº 5.655, de 20 de julho de 2009, de autoria do Poder Executivo, que visa a reformular o Estatuto do Estrangeiro	Foi instituída em Maio de 2013 a Comissão de Especialistas, pelo DEEST/SNJ/MI, para propor nova redação ao PL 5655/2009. Duas reuniões realizadas.
1.A.2	Estratégia desenvolvida para viabilizar a elaboração e a aprovação de projeto de lei específico sobre tráfico de pessoas	PL 2845/2003 PL 479/ 2012 PL 399/ 2012



Sessão 4) Acompanhamento Legislativo

Meta	Redação da Meta	Projetos de Lei
1.A.3	Anteprojeto de lei elaborado para dispor sobre perdimento de bens por crime de tráfico de pessoas, revertendo-os para a prevenção e repressão ao crime e atenção às vítimas.	PL 5742/ 2013 (não é sobre perdimento de bens, mas punição a empresas privadas, não sei se cabe este pl n esta meta.)
1.A.4	Anteprojeto de lei elaborado para estabelecer punição mais rigorosa dos autores do crime de tráfico de pessoas, inclusive na aplicação da lei de execuções penais para tais casos.	PL 5317/ 2013 PL 6580/ 2009 PL 6916/ 2006 PL 251/ 2004



Sessão 4) Acompanhamento Legislativo

Meta	Redação da Meta	Projetos de Lei
1.A.8	Estratégia desenvolvida para internalização e regulamentação da Convenção das Nações Unidas para a proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias, em tramitação no Congresso Federal.	MSC 696/2010
1.A.9	Estratégia desenvolvida para internalização e regulamentação da Convenção nº 189 da Organização Intenracional do Trabalho sobre Trabalho Doméstico	Emenda Constitucional nº 72/2013

Encaminhamentos da sessão:

- O grupo (comissão) Jeanne (PE), Juliana (SP) e Flávia (MG) fará análise dos projetos de Lei e indicarão aqueles que são prioridades para a rede e incentivará o debate no e-groups. Este grupo será responsável por analisar, mobilizar o tema na rede do e-groups e sistematizar todas as propostas de debates que foram sugeridas. Será de responsabilidade de todos a leitura atenta do que foi mapeado. Caso alguém tenha ainda algum PL que queira incluir e que a CETP não conseguiu mapear, o projeto deve ser enviado o quanto antes à coordenação nacional. Definidas as prioridades, os próximos passos serão: acionar os parlamentares nos Estados, enviar para o CONATRAP a lista de prioridades da rede, mobilizar os assessores parlamentares dos governos e propor audiências públicas naqueles estados que se julgar estratégicos.

15 de outubro de 2013

Heloisa saudou a todos e iniciou os trabalhos retomando os informes dos demais membros da rede que não tiveram a oportunidade de falar no dia anterior.

Lívia (NETP/CE)

1 Relatou que no Ceará há duas estruturas vinculadas a sua Secretaria, o Núcleo e o Posto localizado no aeroporto. Informou que o Posto realiza atendimento em dupla das 8h às 20h. Ela afirma que notaram uma queda nos atendimentos o que levou ao questionamento sobre a eficácia e efetividade do trabalho. Informou que tem acesso à área restrita dos aeroportos e enfatizou que a relação entre o Posto, a INFRAERO, a Receita e as companhias aéreas não é ruim, e que efetuam devidamente os encaminhamentos de deportados e não admitidos, sendo possível realizar o acolhimento humanizado. Com o pouco atendimento do posto, teme-se pelo encerramento de suas atividades, e ainda há a possibilidade do posto ser retirado do aeroporto devido a problemas com a Infraero.

Destacou a preocupação com a quantidade de atendimentos realizados apesar do trabalho continuar a ser realizado de modo correto com muitas ações preventivas no aeroporto, nas rodoviárias, terminais de ônibus, panfletagens e em parceria com o pessoal do Comitê (enfatizou não haver tanta ajuda por parte deste). Para o Núcleo, uma das maiores vitórias desde a última reunião, foi o reconhecimento por ter sido referenciado pelo Núcleo do Alagoas por meio da participação do Pedro (MA). Pernambuco também efetuou referências ao Núcleo do Ceará de modo que várias embaixadas foram visitá-los após encaminhamentos feitos por aquele Núcleo.

2 Destacou que irá participar do curso EAD da CNBB 2014 e sugeriu que outros membros da rede também participem.

3 Informou que continuam realizando debates nas escolas voltados para adolescentes e crianças do ensino fundamental, com suas devidas adaptações para continuidade do trabalho. O carro-chefe desse projeto ainda é a atuação no ensino médio por meio do cine-debate. Há ações nos hotéis, equipamentos turísticos, barracas de praia, o que tem surtido efeito. Também tem conseguido inserir o tema do tráfico de pessoas na Secretaria Estadual de Turismo.

4 Enfatizou as ações de formação de multiplicadores com os núcleos de mediação comunitária, principalmente os articulados pelo MP. Ressaltou que após as intervenções do Núcleo, as denúncias têm aparecido, não só em casos de tráfico, mas também de exploração sexual, pedofilia e outros crimes correlatos.

5 Ainda estão apresentando a rede ao público e articulando-a. Falou sobre a atividade do 23 de setembro quando foi realizada uma ação em conjunto com a rede Um Grito Pela Vida. O Núcleo participará, no mês de novembro, dos cursos de formação para a Campanha da Fraternidade, juntamente com a rede Um Grito pela Vida e a Pastoral do Imigrante.

6 Ressaltou que mesmo não tendo núcleo itinerante estão também realizando jornadas preventivas no interior do estado com o apoio de viaturas de outras secretarias e já conseguiram visitar as 8 macrorregiões do estado mobilizando a rede dentro do programa

de Educação de Direitos Humanos, que é uma parceria da Coordenadoria de Direitos Humanos do Estado com a SDH. Contudo, boa parte da programação está efetivamente voltada para ETP. O primeiro momento foi o de sensibilização visitando cada macrorregião, informando que dentro de alguns meses haverá palestra no local, informando sobre o projeto e a pauta. Nos seminários de educação dos Direitos Humanos o ETP está contemplado no conteúdo programático e, nessas viagens, foi divulgado o novo canal de denúncias pelo site da SEJUS.

Valentim (PAAHM - RJ):

1 Informou que o posto funciona desde novembro de 2010 e está vinculado à Prefeitura, dentro da estrutura da Guarda Municipal. Eles estão atualmente no aeroporto do Galeão com a proposta de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Geralmente há dois técnicos por plantão. As atividades desenvolvidas dão continuidade ao que já vem sendo feito, auxiliando as atividades do núcleo na construção do plano estadual. Continuam com projetos de palestras na rede de ensino pública. Dentro da Guarda Municipal há um grupamento de Ronda Escolar o que propicia essa parceria na atividade. Hoje o Posto sofreu uma queda muito grande no número de atendimentos, sem aparente motivo, o que já havia sido ressaltado na reunião anterior. O aeroporto está passando por uma série de reformas, mas ainda não se pode garantir que esse é o real motivo para essa queda nos atendimentos.

Jeanne (NETP/PE)

1 Em março, participaram do Seminário de Sistema Interamericano do Ministério Público e, em abril, da capacitação de curso de enfermagem da UPE. Também fizeram uma coletiva na campanha “18 de maio – Todos por Um Só Time Sem Exploração Sexual de Criança e Adolescente” e participaram do Curso de Capacitação de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no contexto Turismo Para Grandes Eventos;

2 Receberam a visita da ONG internacional 27 Million;

3 O núcleo também promoveu uma ação no Alto José do Pinho, em 25 de maio, para divulgação do Governo Presente e do Comitê Copa da Agência de Convergência;

4 Reuniram com a Vice-cônsul dos Estados Unidos para apresentação das atividades dos núcleos e postos, momento em que indicaram que os outros Núcleos e Postos também fossem visitados;

5 Participaram do lançamento do projeto Turismo protetor – Pernambuco Contra a Violência Sexual, da Secretaria de Turismo, que tem como objetivo capacitar os municípios mais próximos de Recife para o período da Copa;

6 Realizaram visita ao Núcleo da Bahia;

7 Realizaram capacitações para taxistas de Recife;

8 Foram convidados pela Academia de Polícia para capacitarem os policiais civis em quatro turmas: 9 a 13 de setembro, 18 a 22 de novembro, 9 a 13 de dezembro e 13 a 17 de janeiro de 2014.

9 Destacou que estão capacitando, para a temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas, a equipe dos núcleos de prevenção às drogas nos municípios do interior;

10 Participaram da solenidade de celebração dos 7 anos de Lei Maria da Penha.

Apresentação do Núcleo Itinerante de Pernambuco – Jeanne Aguiar



Jeanne iniciou a apresentação informando que toda a Jornada do Núcleo Itinerante integra o programa de prevenção à violência, Pacto pela Vida, do Governo Estadual.

O Núcleo Itinerante foi criado por meio de um convênio da Secretaria de Defesa Social com a SNJ. O início do trabalho foi feito por meio de contatos com os municípios, em que

receberam uma ausência de projetos de capacitação e prevenção sobre temas como enfrentamento ao tráfico de pessoas, exploração sexual, segurança pública, violência de gênero entre outras temáticas de direitos humanos. A partir desse levantamento, pensou-se no projeto do núcleo itinerante, ou seja, um ônibus equipado com uma estrutura para atendimento e realização de capacitação em municípios do interior. A metodologia de trabalho envolve o apoio da Prefeitura local, principalmente para a mobilização e divulgação da atividade do Núcleo.

As palestras têm o objetivo de prevenir e alertar sobre a temática do ETP desde o conceito, as políticas públicas existentes, modalidades, principais características circunstanciais do crime, como ocorreu o aliciamento e o que a população pode fazer para prevenir e denunciar. Por meio do Núcleo estabeleceram parceria com o Conselho da Criança e do Adolescente locais, que se desdobrou na sugestão de incorporar a temática da exploração sexual da criança e do adolescente com o tráfico de pessoas. A proposta foi levada ao Secretário, o qual prontamente atendeu e firmou-se uma parceira com a Polícia Rodoviária para coordenarem conjuntamente esse trabalho.

Jeanne apresentou a estrutura do Núcleo Itinerante (slide com foto), que possui uma televisão, som e vídeo, e destacou que todas as atividades desenvolvidas nos encontros são filmadas e depois podem ser replicadas em outras capacitações que o município realizar, o que amplia o público beneficiário. Além desse aspecto formativo, há uma área no ônibus privativa, onde pode ser feito o atendimento a alguma vítima.

Por meio do mapeamento realizado no estado e com auxílio da polícia rodoviária para o desenvolvimento do plano de capacitação, definiu-se as seguintes fases para o projeto: conscientização e sensibilização sobre a gravidade do problema, e identificação dos pontos vulneráveis através de patrulhas rodoviárias. Abaixo os principais resultados do projeto obtidos até o momento:

1 1379 pontos de vulnerabilidade à exploração identificados, onde pode haver armas, crianças, ou seja, a parte crítica observada;

2 Ao final da capacitação, já foram identificadas algumas denúncias e o GAT imediatamente praticou as abordagens nos locais, sendo uma parceria, dessa forma, de prevenção junto à repressão.

Para essas capacitações são convidados todos os batalhões dos municípios, que ficam responsáveis pela logística do evento, por convidar os parceiros, disponibilizar um representante para apresentar a abordagem policial à exploração sexual de crianças e adolescentes e, por fim, para realizar ações locais de abordagem.

A Polícia Civil disponibiliza um representante para explanar sobre a exploração sexual infantil. Além da participação da polícia, o Ministério Público e Poder Judiciário também são convidados e muitas vezes participam dessas reuniões e oferecem apoio ao evento. Apresentou alguns dos municípios visitados: Caruaru, Petrolina, Araripina, Salgueiro, Serra Talhada.

Jeanne explicou que cada Batalhão é responsável pela sua própria logística, e destacou o exemplo de um batalhão que fez pastas, cartazes, canetas e houve todo um envolvimento na atividade, o que rendeu elogios do Secretário pelo trabalho executado.

Em seguida, ela apresentou o cronograma das próximas visitas. Destacou que nos dias 29, 30 e 31 de outubro realizarão ações nos municípios de Palmares, Fernando de Noronha, Igaraçu, São Lourenço da Mata. E em novembro, o núcleo entra na jornada com a Secretaria de Direitos Humanos.

A palestrante concluiu falando que não adianta ficar apenas dentro do núcleo pois as vítimas não chegarão, e que é necessário o trabalho de divulgação e informação da comunidade, essas deveriam ser atividades dos Núcleos e Postos. O Núcleo recebe muitas denúncias de pessoas que vão viajar e que estão em situação de vulnerabilidade, mas que é muito difícil nesses casos que a pessoa desista e visualize o risco que corre. São as ações

de sensibilização e prevenção que poderão auxiliar com maior eficácia o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Sessão 5: Discussão de casos

(Essa sessão tem caráter sigiloso)

Sessão 6: Momento Portarias

Lucicleia abriu a sessão explicando que essa apresentação é produto do debate realizado pelos 4 grupos na Reunião Técnica no Rio de Janeiro e dos encaminhamentos pactuados sobre as Portarias 31 e 41 da SNJ. Assim, ela apresentará a proposta para as novas portarias e as alterações sugeridas pela rede.





Sessão 6) Proposta de Revisão da Portarias

Objetivo: Discussão sobre o aprimoramento das Portarias nº 31, de 20 de agosto de 2009 e a de nº 41, de 06 de novembro de 2009.

Meta 1.A.6 do II PNETP: Ato normativo elaborado e publicado para redefinir competências dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

DIRETRIZES

-Não existe um padrão quanto ao **melhor locus institucional** de um Núcleo e/ou Posto de forma a determinar a efetividade na implementação de uma política local de tráfico de pessoas: tanto podem ser efetivos dentro do mesmo nível como em níveis diferentes de governo;

-A **integração física de serviços**, em um mesmo ambiente, não é garantida se não há um acordo sobre complementariedade de programas, fluxos, sistemas, equipes, recursos e operações;

-As ações de rotina mais mencionadas não incluem processos articulatórios e de gestão macro das políticas de Estado que criem ou fortaleçam a transversalização do ETP: ainda há um foco prioritário numa conceituação de ETP como sendo uma unidade operativa com fronteiras fortemente delimitadas em si mesma.

DIRETRIZES

-ETP é efetivamente uma função de Estado em qualquer circunstância;

-A existência formal de instrumentos que institucionalizam a política, planos locais, decretos, portarias e comitês não garantem a efetividade, mas, sim, o seu uso estratégico, articulado e proativo;

-Necessidade da construção de uma visão coletiva que se alimenta da realidade, experiência e necessidades sentidas do nível descentralizado da política, urge amadurecer os temas dos sistemas de informação e de gestão de dados, em todo o seu ciclo. Nesse campo não há espaço para personalismos e individualizações que penalizem o coletivo; a construção de uma política nacional é maior que a experiência individualizada por si só; ainda que a particularidade seja relevante e necessária, ela não pode sobrepor o que necessita ser coletivizado e universalizado;

DIRETRIZES

-Necessidade de definir uma nova forma de relação entre os atores do sistemas periféricos ao coração do ETP (saúde, educação, assistência, trabalho, segurança), no sentido de não mais pedir ou encaminhar, mas co-gestor estrategicamente a nova Política;

-O conceito de rede deve emergir sobre uma compreensão harmonizada do que é um bom enfrentamento ao tráfico de pessoas nos três eixos da Política, à luz do qual se sinalize o que seria a melhor atuação, fluxo, procedimentos etc;

-Há espaços para parcerias sólidas, mas há grandes desafios: (i) entender melhor o problema; (ii) conseguir dimensionar o impacto que fazer ETP representa nas rotinas institucionais já existentes; (iii) incorporar uma nova ética, realmente inclusiva, na prática dos serviços públicos.



TEXTO DA PORTARIA 31, DE 20 DE AGOSTO 2009

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e conforme preceituado no Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008 e na Portaria nº 0237/08/MJ, de 30 de janeiro de 2008:

CONSIDERANDO a necessidade de articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar e consolidar serviços de recepção a brasileiros não admitidos ou deportados nos principais pontos de entrada e saída do País;

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci prevê, dentre suas metas, o apoio ao desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e (Grupo 02 – retirar referência ao PRONASCI)

CONSIDERANDO a necessidade de definir as atribuições dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos Postos Avançados, resolve:

O Grupo 1 pediu para retirar a referência ao PRONASCI na parte “considerando que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, PRONASCI, prevê, dentre suas metas, o apoio ao desenvolvimento de NETP”. Foi dito que inicialmente houve um incentivo inclusive financeiro com relação aos convênios. Na atualização do texto, constatou-se que de fato era necessária a retirada dessa parte.



O Grupo 1 solicitou a inclusão da figura federativa do DF.

O Grupo 4 sugeriu alterações textuais, modificando para “Os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas têm por principal função coordenar e articular as ações para o ETP, no âmbito estadual, as quais serão implementadas em parceria com instituições governamentais e não-governamentais”.



TEXTO DA PORTARIA 31, DE 20 DE AGOSTO 2009

Art. 2º Compete aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

- I - Articular e planejar o desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, visando à atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil;
- II - Operacionalizar, acompanhar e avaliar o processo de gestão das ações, projetos e programas de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- III - Fomentar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar políticas e planos municipais e estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (DF)
- IV - Articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema estadual de referência e atendimento às vítimas de tráfico de pessoas;
- V - Integrar, fortalecer e mobilizar os serviços e redes de atendimento;
- VI - Fomentar e apoiar a criação de Comitês Municipais e Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; (Grupo 01: incluir o Distrito Federal)
- VII - Sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas e informações sobre o tráfico de pessoas;
- VIII - Capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva da promoção dos direitos humanos;



TEXTO DA PORTARIA 31, DE 20 DE AGOSTO 2009

IX - Mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidade em geral sobre o tema do tráfico de pessoas;

X - Potencializar a ampliação e o aperfeiçoamento do conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores;

XI - Favorecer a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão a esse crime e responsabilização dos autores;

XII - Impulsionar, em âmbito estadual, mecanismos de repressão ao tráfico de pessoas e consequente responsabilização dos autores; (Grupo 01)

XIII - Definir, de forma articulada, fluxo de encaminhamento que inclua competências e responsabilidades das instituições inseridas no sistema estadual de denúncia; (Grupo 01)

XIV - Prestar auxílio às vítimas do tráfico de pessoas, no retorno a localidade de origem, caso seja solicitado; (Grupo 02 e 03 – discussões sem consenso)

XV - Instar o Governo Federal a promover parcerias com governos e organizações estrangeiras para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; e

XVI - Articular a implementação de Postos Avançados a serem instalados nos pontos de entrada e saída de pessoas, a critério de cada Estado ou Município. (DF)

No inciso XII, os grupos 2 e 4 contestaram por entender que deveria ser evitado o foco

específico do tema de repressão.

Ainda no inciso XII, o Grupo 1 entendeu que essa definição não pertence à rede. Solicitaram que fosse definido de forma articulada o fluxo de encaminhamento que inclua competências e responsabilidades das instituições inseridas no sistema estadual de Disque-Denúncia, por esse ato de “definir” não pertencer à rede.



TEXTO DA PORTARIA 31, DE 20 DE AGOSTO 2009

Art. 3º Os Postos Avançados têm por principal função prestar serviço de recepção a brasileiros não admitidos ou deportados nos pontos de entrada. (Grupo 01 e 02- substituir o trecho grifado para: de atendimento humanizado ao migrante.) (Grupo: incluir recepção a brasileiros e estrangeiros nos pontos de entrada)

Art. 4º Compete aos Postos Avançados: (Grupo 02 – ampliar ações para migração, não só brasileiros não admitidos e deportados)

I - Implementar e consolidar uma metodologia de serviço de recepção a brasileiros(as) não admitidos ou deportados(as) nos principais pontos de entrada;

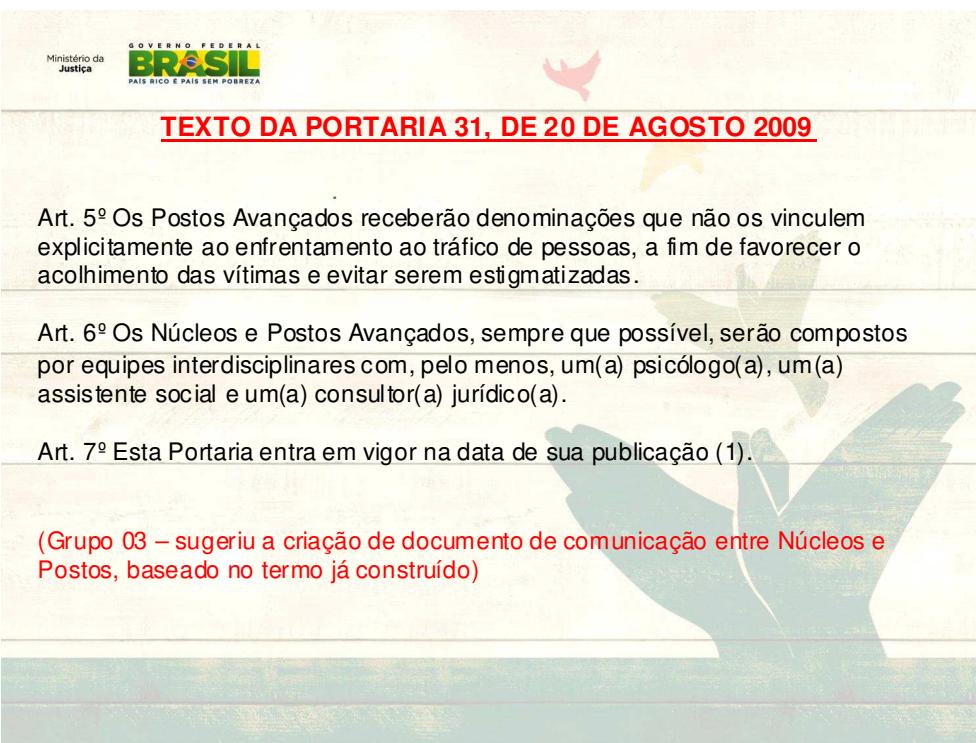
II - Fornecer informações sobre:

- a)documentos e procedimentos referentes a viagens nacionais e internacionais;
- b)direitos e deveres de brasileiros(as) no exterior;
- c)direitos e deveres de estrangeiros (as) no Brasil;
- d)serviços consulares;
- e)quaisquer outras informações necessárias e pertinentes.

III - Prestar apoio para:

- a)localização de pessoas desaparecidas no exterior; e (Grupo 01 e 03- excluir texto)
- b)orientações sobre procedimentos e encaminhamentos para as redes de serviço.

No art. 4º, o Grupo 03 pediu a exclusão desse texto por entender que não é função do Núcleo procurar pessoas desaparecidas no exterior.



Propôs-se a exclusão do art 5º por entender que ele já estava explícito no artigo anterior.

Pela análise realizada nesse momento ficou evidente que o debate deverá ser norteado pelas atribuições e serviços que devem ser prestados pelos Núcleos e Postos, no sentido de harmonizar as estratégias de ambos, analisar a capacidade do arranjo federativo municipal para cooperar com a política e incorporar uma nova ética inclusiva na prática dos serviços públicos. Contudo, o grande ponto da discussão é acerca do papel do Posto.

A proposta de encaminhamento foi a realização de uma reunião via Skype para que sejam feitas sugestões e devolutivas antes da reunião do CONATRAP.

Encaminhamentos da sessão:

- Será realizada, até a última semana de novembro, uma reunião por Skype entre os membros do grupo que foi definido na VII Reunião Técnica, composto por

Posto de Guarulhos (Silvana), Posto Galeão (Valentim) e NETP Amazonas (Seilani);

- Minas colocou-se a disposição para auxiliar na reunião;
- Juliana sugeriu que seja revisada a estrutura da Portaria para que seja colocado primeiro as diretrizes gerais e depois o que é específico para cada tipo de estrutura (Núcleo ou Posto), posteriormente, realizar-se-á reunião presencial.

Sessão 7: proposta de semana de mobilização de Enfrentamento ao TP

Os representantes Juliana/SP e Admar/BA conduziram o debate a fim de efetivar a proposta de um plano de ação para a Semana Nacional de Mobilização.

Juliana – SP: para pensar numa data para a Semana Nacional, seria importante a rede referendar uma data nacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ela defendeu a data que está no PL do Senado que é 18 de dezembro. Tendo definido a data, a rede pensaria quais ações poderiam ser feitas durante uma semana, preservando a autonomia de cada estado para criar atividades próprias com os parceiros locais.

Admar – BA: propôs que se divulgue na rede o que será feito para poder divulgar a nível nacional.

Ebenézer - RJ: defendeu que para a criação da data é necessário haver uma boa fundamentação. Para o dia 18 de dezembro, considera fraco o argumento de que já está previsto no PL.

Alexia – RS: questionou se existe a possibilidade de o dia nacional ser 23 de setembro.

Flávia – MG: considerou que 23 de setembro é dia internacional de outra temática, assim essa data tem um foco específico. Acredita ser importante criar um período de mobilização (23 de setembro a 18 de outubro) para dar maior visibilidade à campanha.

Admar - BA: propôs 09 de maio data nacional, dia 23 de setembro data para ações e dia 10 de dezembro entrega do relatório nacional com as atividades da rede.

Ebenézer - RJ: tendo em vista que era visível a falta de consenso na data, que não há um fato que justifique a indicação para o dia nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ele considera que não é viável decidir a data nesse momento devido ao baixo acúmulo sobre o tema.

Fernanda – MJ: considerou ser importante amadurecer a respeito da data.

Jeanne - PE: sugeriu que a questão seja levada e discutida em cada Comitê Estadual para a definição de uma data e posteriormente, encaminhada para a rede.

Juliana – SP: propôs que se escolha previamente as possíveis datas com prós e contras e só então seja levado para a reunião com os Comitês.

Encaminhamentos da sessão:

- Foi criado um grupo composto por Admar (BA), Marina (SP), Juliana (SP) e Heloísa (CETP) para elaborar a proposta do dia, com a justificativa da escolha da data, prós e contras, que deverá ser enviada para a rede até o dia 15 de dezembro. A proposta do grupo deverá ser submetida aos Comitês. Prazo para devolutiva das discussões nos Comitês será março/abril de 2014. A partir da escolha do dia, será pensada a semana de mobilização nacional;
- Até o dia 15 de dezembro o grupo dará uma resposta à rede sobre a data;

- Sugestão de publicar o relatório da rede (1º Relatório Nacional de Ações) na Semana Nacional de Mobilização;
- Orientação de que a SNJ envie um ofício circular para auxiliar os Estados nas diretrizes de comunicação e articulação com a mídia: como se dará, justificativa, importância etc.

Sessão 8: Instrumento de monitoramento da Rede de Núcleo e Postos.

Priscilla conduziu a sessão e apresentou uma minuta da planilha de monitoramento das ações da rede elaborada pela CETP.

Sugeriu o uso de um formato pré-determinado, em que fosse necessário somente o preenchimento das células, no intuito de facilitar o trabalho da rede e da Coordenação Nacional. Foram analisados e discutidos os parâmetros de enfrentamento ao tráfico de pessoas e registradas as contribuições.

Flávia -MG: parabenizou a coordenação pela iniciativa. Informou que em Minas também estão criando uma planilha para registro das atividades do Núcleo. Quanto ao item "campanhas", sugeriu colocar fonte de recursos, quantas tiragens, instituições abrangidas, público-alvo de cada material. No campo "número de atendimentos", sugeriu separar em tráfico e casos que não são de tráfico. Já para "número de capacitações" pediu para inserir temática, instituições abrangidas e instituições promotoras, fonte de recurso, meios de comprovação, carga horária e quantos municípios abrangidos.

Ângela -PA: pediu para que fosse feita a tipificação da exploração com a possibilidade de tipificar mais de um delito.

Martinha – DF: solicitou que fosse incluído o número de palestras realizadas e a quantidade de participantes.

O documento orientador com as sugestões da rede foi transscrito abaixo.

PARÂMETROS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

- **Nº de Núcleos em Operação e Institucionalizados**
É a meta principal para todos e o próprio objeto do convênio.
- **Criação de Comitês Estaduais/ Municipais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**
Data de criação;
ato de criação;
quantas organizações o compõem; **Quais?**
qual a periodicidade de reuniões?
Representação em outros comitês estaduais.
- **Aprovação de Plano Estadual/Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**
Informar ato de aprovação;
qual a vigência do plano?
- **Nº de Replicação de Campanhas Nacionais**
Informar as ações de replicação realizadas
- **Nº de Campanhas Próprias**
Informar os materiais produzidos (folders, panfletos, cartazes, spots de rádio, vídeo etc.) **Fonte do recurso, tiragem, público**
- **Serviço de disque denúncia local**
Informar se o Estado/Município tem o um número de disque denúncia utilizado para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.
Qual o número para ligações? É gratuito?
Quantidade de denúncias de tráfico de pessoas recebida?
- **Nº de Atendimentos realizados**
Quantidade
- **Nº de vítimas identificadas:**
Por tipo de exploração: **(pode tipificar mais de uma)**
 - () Exploração sexual
 - () Servidão por dívida
 - () Trabalho em condição análoga a de escravo
 - () Casamento servil
 - () Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo
 - () Prática de atividade criminosa
 - () Adoção ilegal
 - () Outros. Quais:
Por sexo, faixa etária, identidade de gênero:
1-Masculino
2-Feminino
3-Criança e adolescente
4-Transexual
5-Travesti
6-Transgênero
7-Sem informação

• **Nº de Capacitações/Seminários/Simpósios realizadas (promovidas pelo núcleo/posto)**

Informar: (separar capacitação presencial e virtual)

1. Se aplicou a matriz nacional;
2. Público-alvo
3. Local
4. Objetivos
5. Número de participantes
6. Temáticas
7. Instituições abrangidas
8. Fonte do recurso
9. Abrangência

• **Nº de Cursos que a equipe participou (capacitação da equipe)**

Informar: quantidade; nome dos cursos; carga horária

• **Nº de Palestras Realizadas (núcleo/posto convidado para ministrar palestra)**

Informar a quantidade de palestras realizadas pela equipe do Núcleo/Posto. Abrangência. Público-alvo (segmentos abrangidos).

• **Nº de Pesquisas/Estudos/Diagnósticos publicados**

Informar: quantidade; Títulos das publicações; link para acessar (caso disponível na web)

• **Nº de Guias/ Manuais publicados**

Informar: quantidade; Títulos das publicações; link para acessar (caso disponível na web)

• **Nº de Vídeos Documentários produzidos**

Informar: quantidade; Títulos do vídeo; link para acessar (caso disponível na web)

• **Nº de Repercussões na mídia**

Clipping. Quantas vezes a atuação institucional foi divulgada na imprensa ou na mídia; link para acessar (caso disponível na web).

• **Sites Criados**

Informar link

• **Projetos/ Convênios locais/ Termos de Parceria/Acordos de Cooperação Firmados**

Informar: quantidade; tipo de instrumento; parceiro; objeto; vigência.

• **Funcionamento da Rede Local**

Detalhar (articulação com a sociedade civil)

Encaminhamentos da sessão:

- A CETP incluirá todas as contribuições na ficha de parâmetros e enviará para apreciação e ratificação da rede. A partir da devolutiva será desenhado o instrumento do relatório. Houve a sugestão de que o instrumento seja em Excel e de que seja enviado com periodicidade semestral, iniciando em 2014. Também foi sugerido que a data de publicação do primeiro relatório semestral seja no lançamento da semana de mobilização.

Encaminhamentos da VIII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao tráfico de pessoas e de Postos de Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante

1. Pernambuco sugeriu que sempre que o Ministério das Relações exteriores fizer alguma ação nas fronteiras que a CETP sugira o convite para a rede;
2. Minas sugeriu que os NETPs e os Postos se aproximem dos Comitês de acompanhamento sub registros civis, entende que este é um tema importante e fez a sugestão de que a rede esteja atenta a este tema e crescimento de demandas sobre adoção ilegal. A Coordenação Nacional tratará com a SDH sobre adoção ilegal e a possibilidade de realização de um Seminário sobre este tema.
3. Rio de Janeiro irá enviar ofício para todos com o convite para o Encontro do Gift box que acontecerá no Rio de Janeiro em 21 de novembro;
4. Polícia Federal - Foi dada a orientação de que sempre seja copiado o e-mail da URTP (Unidade Central) nas denúncias;
5. Discussão da legislação – o grupo (comissão) Jeanne (PE), Juliana (SP) e Flávia (MG) fará análise das prioridades e incentivará o debate. Este grupo será responsável por

analisar, mobilizar o tema na rede do e-groups e sistematizar todas as propostas de debates que foram sugeridas. Será de responsabilidade de todos a leitura atenta do que foi mapeado. Caso alguém tenha ainda algum PL que queira incluir e que a CETP não conseguiu mapear, deve ser enviado o quanto antes à coordenação nacional. Definidas as prioridades, os próximos passos serão: acionar os parlamentares nos Estados, enviar para o CONATRAP a lista de prioridades da rede, mobilizar os assessores parlamentares dos governos e propor audiências públicas naqueles que se julgar estratégicos.

6. Momento de debate de casos: em cada Reunião Técnica, deverá haver uma sessão específica sobre os casos (estudo de caso); levar a questão conceitual para que seja debatido pelo CONATRAP; ter um espaço (Seminário, por exemplo) nacional para discutir o conceito de tráfico para fins de adoção ilegal; Heloísa ficou incumbida de provocar o debate permanente na rede (e-groups) a partir das questões que foram levantadas no ppt de Minas; CETP disponibilizará o ppt da Flávia; Flávia se comprometeu a amadurecer suas considerações sobre “gestão do caso” e compartilhar na rede;

7. Portarias: será realizada, até a última semana de novembro, uma reunião por Skype entre os membros do grupo que foi definido na VII Reunião Técnica, composto por Posto de Guarulhos (Silvana), Posto Galeão (Valentim) e NETP Amazonas (Seilani); Minas colocou-se a disposição para auxiliar na reunião. Juliana sugeriu que seja revisada a estrutura da Portaria para que seja colocado primeiro as diretrizes gerais e depois o que é específico para cada tipo de estrutura (Núcleo ou Posto); posteriormente, realizar-se-á reunião presencial.

8. Semana de mobilização: sugestão de publicar o relatório da rede (1º Relatório Nacional de Ações) nessa semana; orientação de que a SNJ envie um ofício circular para auxiliar os Estados nas diretrizes de comunicação e articulação com a mídia: como se dará, justificativa, importância etc. Foi criado um grupo, composto por Admar (BA), Marina (SP), Juliana (SP) e Heloísa (CETP) para elaborar a proposta do dia, com a justificativa da escolha da data, prós e contras, que deverá ser enviada para a rede até o dia 15 de dezembro. A proposta do grupo deverá ser submetida aos Comitês. Prazo para devolutiva das discussões nos Comitês será março/abril de 2014. A partir da escolha do dia, será

pensada a semana de mobilização nacional;

9. Relatório de ações da rede: A CETP incluirá todas as contribuições da rede na ficha de parâmetros, enviará para apreciação e ratificação. A partir da devolutiva da rede será desenhado o instrumento do relatório. Sugestão de que o instrumento seja em Excel e de que seja enviado com periodicidade semestral, iniciando em 2014.